



SECRETARIA DO TRIBUNAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2023

*O Tribunal é
você quem faz*

BRASÍLIA - DF - 2024

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2023

*O Tribunal é
você quem faz*

PRESIDENTE

Maria Thereza Rocha **de Assis Moura**

VICE-PRESIDENTE

Geraldo **Og** Nicéas Marques **Fernandes**

MINISTROS

Francisco Cândido de Melo **Falcão** Neto

Fátima **Nancy** Andrichi

João Otávio de Noronha

Humberto Eustáquio Soares **Martins**

Antonio **Herman** de Vasconcellos e **Benjamin**

Luis Felipe Salomão

Mauro Luiz **Campbell** Marques

Benedito Gonçalves

Raul Araújo Filho

Maria **Isabel** Diniz **Gallotti** Rodrigues

Antonio Carlos Ferreira

Ricardo **Villas Bôas** Cueva

Sebastião Alves dos Reis **Júnior**

Marco Aurélio Gastaldi **Buzzi**

Marco Aurélio Bellizze Oliveira

Sérgio Luíz **Kukina**

Paulo Dias de **Moura** **Ribeiro**

Regina Helena Costa

Rogério Schietti Machado **Cruz**

Luiz Alberto **Gurgel** de Faria

Reynaldo Soares da **Fonseca**

Marcelo Navarro **Ribeiro** **Dantas**

Antonio Saldanha Palheiro

Joel Ilan Paciornik

Messod Azulay Neto

Paulo Sérgio Domingues

Teodoro Silva Santos

José **Afrânio** Vilela

Daniela Rodrigues **Teixeira**

SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA PRESIDÊNCIA

Alexandre Domingos de Affonso Fabre

SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Carl Olav Smith

DIRETOR-GERAL

Sergio José Americo Pedreira

DIAGRAMAÇÃO

Secretaria de Comunicação Social

Coordenadoria de Multimeios

Boas-vindas!

De acordo com as disposições da IN TCU n. 84/2020, referentes à Decisão Normativa TCU n. 198/2022 e **Instrução Normativa STJ/GP n. 23 de 9 de dezembro de 2020**, o Superior Tribunal de Justiça apresenta o Relatório de Gestão do exercício de 2023, em formato de relato integrado, com o objetivo de permitir à sociedade e aos órgãos de controle interno e externo avaliar como esta Corte investe os recursos dos contribuintes para entregar uma prestação jurisdicional cada vez mais efetiva à população brasileira.

O relato integrado do STJ está assim estruturado:

1. **Governança do STJ**, em que será tratada a identificação do Tribunal como unidade prestadora de contas e sua estrutura, a análise do cenário, a maneira como o STJ enfrenta seus desafios com base nas premissas de uso de planejamento estratégico, governança, gestão de riscos e controles internos.
2. **Resultados da gestão**, em que se demonstram os resultados alcançados para o período em relação à missão institucional e aos objetivos traçados no Plano Estratégico STJ 2021-2026. Além disso, há informações de áreas específicas da gestão.

Boa leitura!

Mensagem da Presidente

Chegamos ao fim de mais um período muito profícuo à frente do Tribunal da Cidadania. O sentimento é de dever cumprido, sem perder o foco no que ainda podemos aprimorar para oferecer **justiça cada vez mais ágil, moderna, preventiva e cidadã**.

O ano de 2023 foi muito especial para o STJ, especialmente porque, em outubro, junto com o aniversário da Constituição Federal de 1988, iniciamos as comemorações dos nossos 35 anos. São três décadas e meia de uma Corte criada para proteger os direitos do cidadão, objetivo pelo qual temos trabalhado diuturnamente.

Os dados deste relatório mostram que, apesar do expressivo aumento no número de processos recebidos – 461 mil diante dos 404 mil em 2022 –, foi ultrapassada a marca de 608 mil julgados, incluindo AgInt, AgRg e EDcl. Este resultado é fruto de um Tribunal constantemente empenhado em entregar à sociedade o seu principal valor público: **prestação jurisdicional efetiva**. E isso só acontece com uma boa gestão administrativa, orçamentária e financeira. Por essa razão, o Superior Tribunal de Justiça investe, incansavelmente, nas melhores práticas de governança e gestão.



No período, destaco, também, o início do projeto “Alinhamento Estratégico nos Gabinetes de Ministros”, que desdobra o planejamento institucional para todos os gabinetes, de modo que cada um possa identificar melhor sua contribuição para a estratégia do Tribunal, especialmente em relação às Metas Nacionais, indicando os processos que constam em cada uma. Para isso, temos investido em inteligência artificial, como

é o exemplo do Projeto *Athos*. Com as inovações tecnológicas, estamos identificando processos semelhantes, auxiliando na gestão dos acervos e otimizando etapas no andamento processual. É a tecnologia nos ajudando a prestar um bom e célere atendimento ao cidadão.

Outro projeto relevante foi a criação do “Centro de Estudos Prospectivos”. A iniciativa projeta futuros possíveis e subsidia decisões institucionais, com base na metodologia de planejamento por cenários. Em 2023, fez-se uma análise com base na pergunta orientadora: “Em dez anos, como estará o acervo do STJ?”. A ação demonstra a preocupação desta Corte com o amanhã que nos aguarda e permite que nos preparemos, cientes do que pode impactar a nossa prestação jurisdicional em curto, médio e longo prazo.

Para alcançar sempre os melhores resultados, devemos continuar unidos e focados em um mesmo propósito, “consolidar o STJ como uma corte de precedentes”, de forma que os julgados propiciem segurança jurídica à sociedade.

Finalizo esta mensagem agradecendo às ministras e aos ministros, bem como a todas as pessoas que fazem este Tribunal melhor a cada dia, pela busca incansável de **uma justiça mais eficiente, uniforme e cidadã**. Afinal, **o STJ é você quem faz!**



Maria Thereza de Assis Moura
PRESIDENTE DO STJ

Sumário

1. Governança do STJ	9
Visão Geral	10
Planejamento Estratégico	15
Governança	21
Gestão de Riscos e Controles Internos	29
Relacionamento com a sociedade	33
2. Resultados da Gestão	41
STJ em números	42
Orçamento e demonstrações contábeis	47
Despesas da União	57
Gestão de Pessoas	61
Licitações e Contratos	69
Gestão de tecnologia da informação	70
Sustentabilidade	73

1. Governança do STJ

Visão Geral

Criado pela Constituição Federal de 1988, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) é responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil, seguindo os princípios constitucionais e a garantia e defesa do Estado de Direito.

O STJ é a última instância da Justiça brasileira para as causas infraconstitucionais. Como órgão de convergência da Justiça comum, aprecia causas oriundas de todo o território nacional, em todas as vertentes jurisdicionais não especializadas.

Sua competência está prevista no art. 105 da Constituição Federal, o qual estabelece os processos que têm início no STJ (originários) e os casos em que o Tribunal age como órgão de revisão, especialmente no julgamento de recursos especiais.

O art. 105, além de disciplinar as competências originais e recursais do Superior Tribunal de Justiça, faz menção aos órgãos que funcionam em conjunto com este, quais sejam:

- Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam; e
- Conselho da Justiça Federal – CJF.

Em conformidade com o mesmo art. 105, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, criada pela Emenda à Constituição n. 45, tem como missão “promover, regulamentar e fiscalizar, em âmbito nacional, a formação e o aperfeiçoamento dos magistrados para que a Justiça esteja em sintonia com a demanda social”.

A Escola apresenta direcionamento geral para o sistema de formação e aperfeiçoamento dos magistrados a partir de diretrizes pautadas nos objetivos da instituição. Nesse sentido, a Enfam tem suas principais atribuições demarcadas em três áreas de atuação: i) planejar, executar e coordenar as ações educacionais; ii) elaborar normas e diretrizes concernentes à formação e ao aperfeiçoamento dos magistrados; e iii) credenciar e acompanhar os cursos oficiais ofertados pelas escolas judiciais e de magistratura.

Salienta-se que o CJF é uma unidade prestadora de contas específica. Assim, as informações sobre esse órgão são tratadas em relatório de gestão próprio.

Em dezembro de 2023, a estrutura orgânica básica do Tribunal era a descrita na **Resolução STJ/GP n. 28 de 23 de agosto de 2023**. A estrutura organizacional, baseada no modelo funcional, distribui competências às unidades do STJ segundo o critério da especialização, e estas se encontram disciplinadas no Manual de Organização do STJ, aprovado pela **Instrução Normativa STJ/GP n. 40 de 10 de outubro de 2023**.



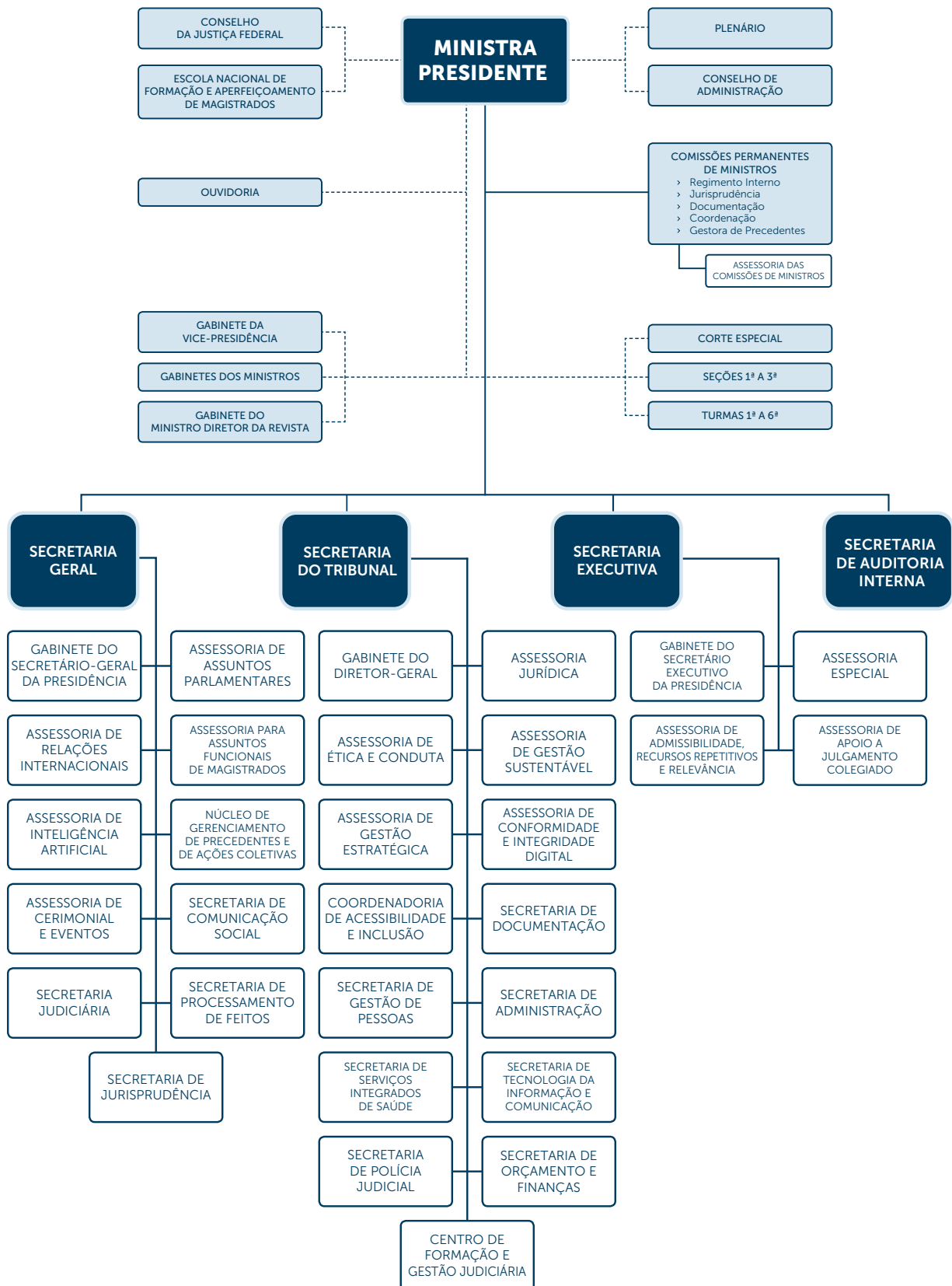
Quadro 1 - Fachada do Superior Tribunal de Justiça

O STJ funciona:

- I – em Plenário e pelo seu órgão especial (Constituição, art. 93, XI), denominado Corte Especial;
- II – em Seções especializadas;
- III – em Turmas especializadas.

A competência desses órgãos encontra-se detalhada do art. 1º ao 7º do **Regimento Interno do STJ**.

Também estão previstos, na estrutura do Tribunal, o Conselho de Administração, integrado pelas ministras e ministros mais antigos e presidido por quem está como presidente da Corte, ao qual compete decidir sobre matéria administrativa, e as Comissões de Ministros, permanentes ou temporárias, que colaboram no desempenho dos encargos do STJ.



Quadro 2 - Organograma do Superior Tribunal de Justiça

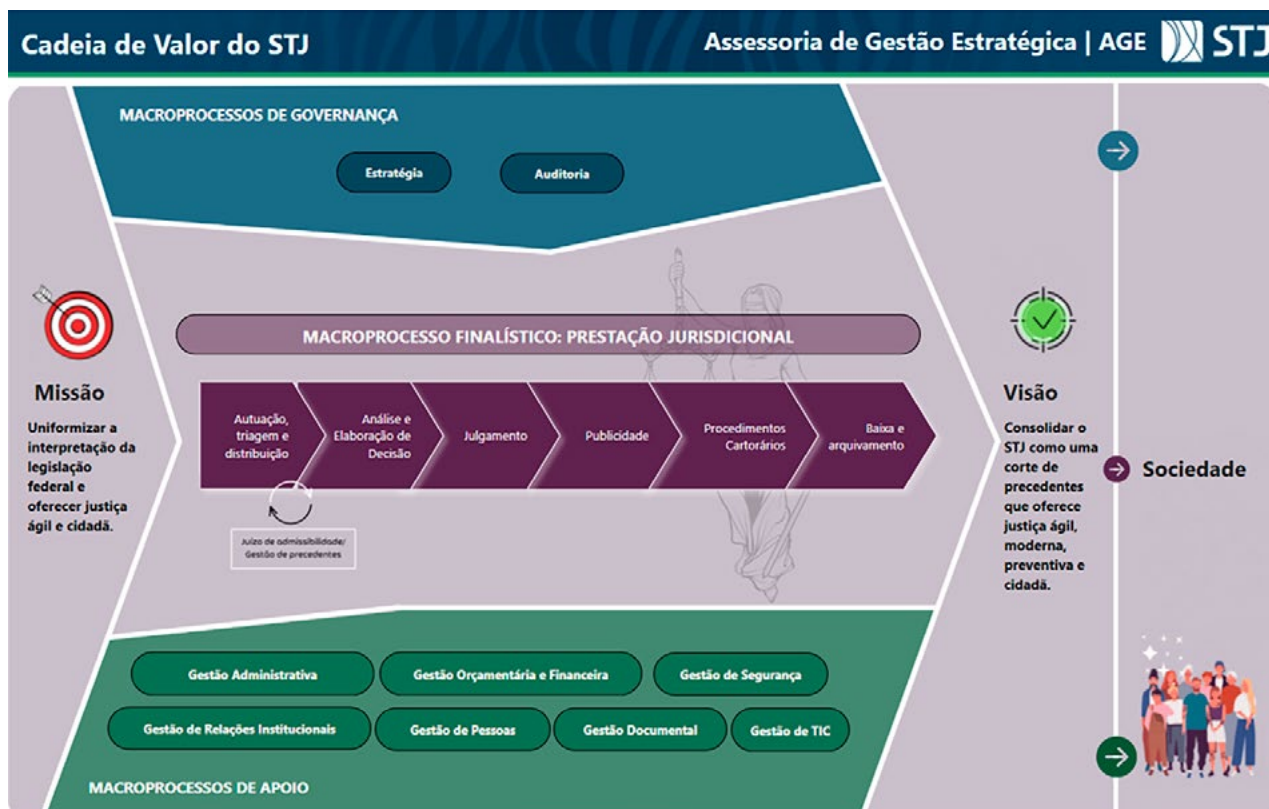
Em se tratando de macroprocesso finalístico, o do Superior Tribunal de Justiça, em consonância com as suas competências e determinações constitucionais, é a prestação jurisdicional. Ele compreende o processamento do feito desde o seu recebimento no Tribunal até a sua baixa definitiva. Os processos envolvidos são:

- autuação, triagem e distribuição, realizados pela Secretaria Judiciária;
- análise da admissibilidade recursal e gestão de precedentes, realizados, respectivamente, pela Assessoria de Admissibilidade, Recursos Repetitivos e Relevância e pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas;
- julgamento pelas ministras e pelos ministros e pelos órgãos colegiados;
- publicidade aos atos judiciais (decisões, despachos e acórdãos), procedimentos cartorários, além da baixa e arquivamento, realizados pela Secretaria de Processamento de Feitos.

MACROPROCESSO DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL				
FORNECEDORES	INSUMOS	PROCESSOS	PRODUTOS/SERVIÇOS	CLIENTES
Congresso Nacional Tribunais Advogados e partes Ministras e Ministros do STJ Secretaria Judiciária do STJ Secretaria de Processamento de Feitos do STJ Secretaria de Jurisprudência	Leis Jurisprudência Petições Processos Despachos Certidões Decisões Informações Relatórios	Autuação, triagem, classificação e distribuição	Petições e processos registrados no Sistema Justiça	Gabinetes de Ministras e de Ministros
		Admissibilidade recursal e gestão de precedentes	Processos distribuídos	Secretaria Judiciária
		Procedimentos cartorários	Comunicações, publicações, execução judicial e acompanhamento de prazos	Secretaria de Processamento de Feitos
		Julgamento	Decisões monocráticas / colegiadas e súmulas	Secretaria de Jurisprudência
		Publicidade	Divulgação de decisões	Tribunais
		Baixa	Processos remetidos à origem/arquivo	Ministério Público / Advocacia
				Partes do processo judicial
				Público externo
				Imprensa

Quadro 3 - Macroprocesso de Prestação Jurisdicional

Destaca-se, ainda, a Cadeia de Valor do STJ, publicada no Portal de Macroprocessos do Tribunal. Ela apresenta o mapeamento do fluxo do trâmite processual desta Corte, observadas as atividades executadas pelo seu corpo funcional para concretizar a prestação jurisdicional, produto final da organização.



Quadro 4 - Cadeia de Valor do STJ

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam

Em se tratando da Enfam, anualmente, é elaborado o **Relatório de Gestão** que traz informações sobre identificação, estrutura e ambiente da Escola, bem como objetivos e resultados de cada exercício.



Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

O documento analisa aspectos como o desempenho operacional, orçamentário e a atuação da instituição em relação às suas atividades específicas.

Planejamento Estratégico

Considerando a crescente complexidade da vida moderna e aumento das controvérsias judiciais, o Superior Tribunal de Justiça enfrenta diariamente novos desafios para interpretar e uniformizar as normas infraconstitucionais. E, para dar vazão a essa enorme demanda, é fundamental a adoção de estratégias que expressem as diretrizes internas de forma clara e precisa, para que bons resultados sejam colhidos e a expectativa do cidadão que busca o Tribunal seja atendida.

Com esse foco, desde 2004, quando se adotou o *Balanced Scorecard* – BSC como metodologia de gestão, o Tribunal utiliza o plano estratégico como instrumento para nortear as ações da instituição.

Desde então, a gestão estratégica do STJ está em total alinhamento com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça – CNJ para o Poder Judiciário Nacional, o que permite a esta Corte atuar de forma participativa, tanto no contexto da justiça nacional quanto internamente, visando à melhoria de seu desempenho e de sua produtividade a cada ciclo estratégico.

Atualmente, está vigente o **Plano Estratégico STJ 2021-2026**, aprovado pela **Resolução STJ/GP n. 23 de 8 de julho de 2021**. Sua estruturação foi delineada sob três perspectivas: **Sociedade, Processos Internos, Pessoas e Recursos**.

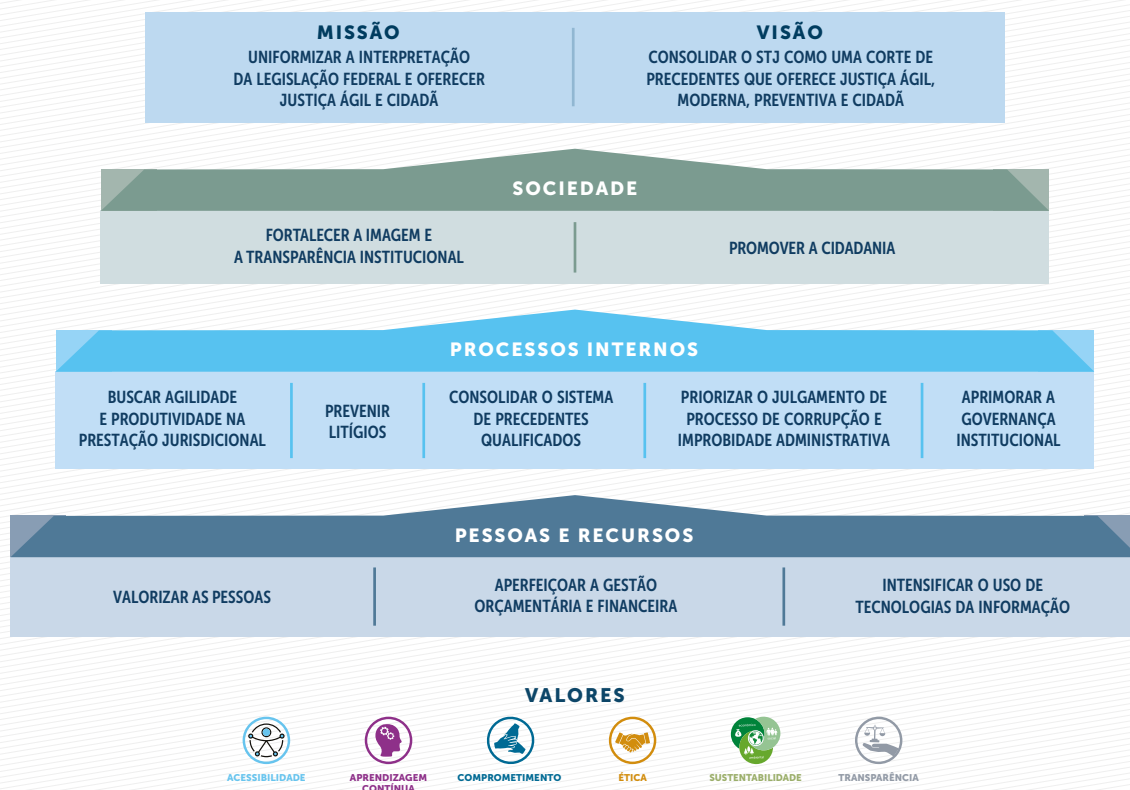
Sociedade possibilita avaliar o impacto da estratégia e serve como direcionamento para os objetivos e medidas das outras perspectivas, por isso se encontra no topo do mapa estratégico. Procura representar como a instituição se relaciona com o público de seus serviços.

Processos Internos identifica aspectos da prestação jurisdicional, o principal macroprocesso do STJ, no qual a organização deve alcançar a excelência para poder agregar valor aos serviços oferecidos. É entendida como o aperfeiçoamento dos procedimentos relativos à prestação jurisdicional, priorizando as demandas repetitivas, as de grandes litigantes e as de combate à corrupção, com vistas a alcançar a efetividade e a excelência nos serviços oferecidos à sociedade. Além disso, a perspectiva abrange a governança institucional, reflexo da visão gerencial norteadora de todas as atividades da Corte.

Pessoas e Recursos é a base para a concretização dos objetivos das outras perspectivas, já que, com uma gestão orçamentária eficiente, é possível garantir a infraestrutura tecnológica apropriada e os investimentos no desenvolvimento e valorização das pessoas, que são fundamentais para suportar a evolução dos processos da atividade fim.



MAPA ESTRATÉGICO DO STJ • 2021-2026



Quadro 5 - Mapa Estratégico do Plano STJ 2021-2026

O plano é acompanhado sistematicamente, por meio de monitoramento do desempenho dos indicadores e das iniciativas estratégicas. As pessoas responsáveis por esse gerenciamento são designadas por meio de portaria específica. Desde 2023, o acompanhamento periódico dos resultados é feito por meio de painel BI, denominado painel de **Resultados Estratégicos**. A execução do planejamento é avaliada e ajustada nas reuniões de análise estratégica – RAE, das quais participam gestoras e gestores da estrutura de governança do Tribunal.

As decisões tomadas nas RAEs são acompanhadas pela área de gestão estratégica até que se inicie novo ciclo de monitoramento do plano.

Para o ciclo de 2023, o desempenho geral do plano foi de 95,99%, conforme painel de **Resultados Estratégicos**. No portal da **Transparência e prestação de contas**, encontram-se mais informações sobre a Gestão Estratégica do STJ.

Desdobramento da estratégia do STJ em suas unidades

Quando se trata do desdobramento da estratégia institucional por suas unidades, informa-se que ocorre por meio do Alinhamento Estratégico do STJ, aprovado pela **Instrução Normativa STJ/GDG n. 27 de 28 de novembro de 2022**. É uma metodologia específica a qual busca compatibilizar a atuação das unidades do Tribunal à estratégia delineada no Plano Estratégico STJ 2021-2026. Com isso, identificam-se os objetivos, os indicadores e as iniciativas setoriais, de modo que todas visualizem sua contribuição para a consecução dos resultados almejados pela instituição.



Quadro 6 - Alinhamento estratégico no STJ

Ao final de 2023, o resultado geral das dezenove unidades participantes pode ser conferido no painel de **Resultados Estratégicos**.



Quadro 7 - Radar da Estratégia - Dezembro/2023

Em 2023, foi implementado o projeto Alinhamento Estratégico nos Gabinetes de Ministros (Processo STJ n. 040440/2022). A iniciativa contou com a criação de painéis BI específicos para cada gabinete de ministras e ministros. Assim, os resultados são monitorados mensalmente, de modo a auxiliar na gestão da unidade.



Quadro 8 - Painel Estratégico e Tático do Gabinete

Ainda em consonância com o atual plano estratégico do STJ, existem outros planejamentos temáticos específicos.

O **PEGEP STJ 2022/2026**, aprovado pela **Instrução Normativa STJ/GP n. 9 de 1º de abril de 2022**, foi construído em parceria pela Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP, pela Secretaria de Serviços Integrados de Saúde – SIS, pelo Centro de Formação e Gestão Judiciária – Cefor e pela Coordenadoria de Acessibilidade e Inclusão – ACIN. No STJ, entende-se gestão de pessoas como um macroprocesso transversal que perpassa, atualmente, essas quatro unidades, em termos formais e por delegação estrutural. O macroprocesso é entendido como a integração de subprocessos concernentes ao provimento de cargos, ao desenvolvimento e valorização de pessoas, à atualização e manutenção

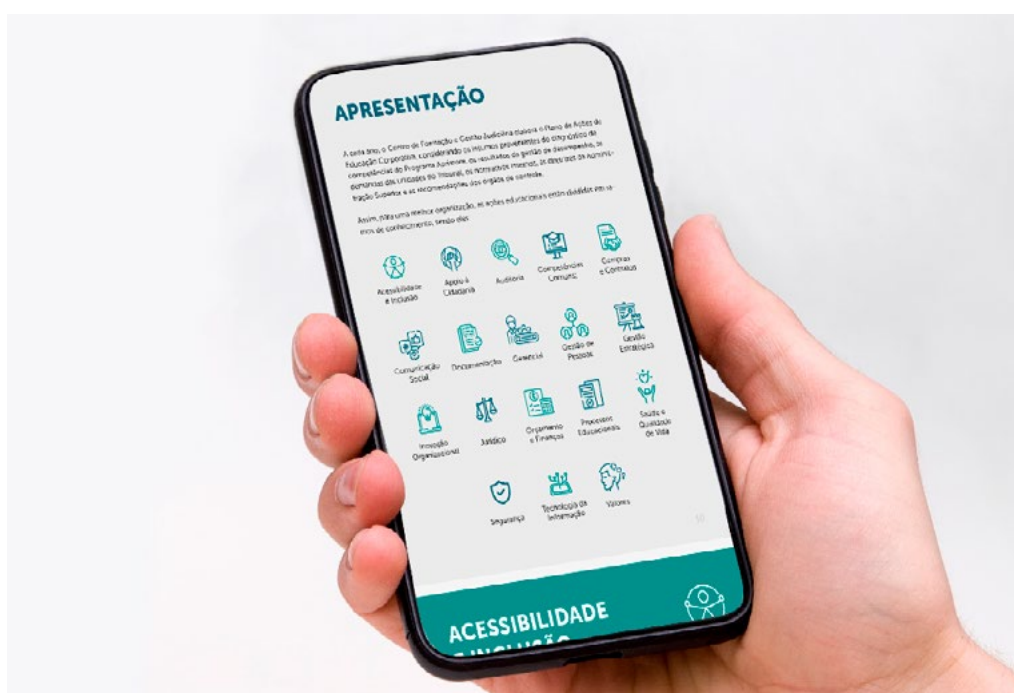


Quadro 9 - PEGEP STJ 2022/2026

dos registros funcionais, à concessão de direitos, ao cumprimento de deveres do corpo funcional, à remuneração, à acessibilidade e inclusão, à assistência médica e ao plano de benefícios de servidoras e de servidores, e das magistradas e dos magistrados.

Outro plano que contribui com a gestão de pessoas, especificamente voltado para as ações de treinamento no Tribunal, é o **Plano Anual de Capacitação – PAC**, que serve de base para o planejamento de capacitações ofertadas durante o ano. Graficamente, o plano de ações de educação corporativa de 2023 foi organizado por ramos de conhecimento.

No segundo semestre de 2023, com o intuito de facilitar a programação das capacitações, o PAC foi disponibilizado ao público interno do Tribunal por meio do e-book **Conheça o PAC 2023**.



Quadro 10 - Plano de Ações de Educação Corporativa 2023

Quando o assunto é o plano de gestão de tecnologia da informação e comunicação, tem-se o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC para o biênio de **2023-2024 (Instrução Normativa STJ/GDG n. 8 de 31 de março de 2023)**. Segundo o Guia Estratégico de TIC do Poder Judiciário, anexo do normativo da **Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário – ENTIC-JUD**, *o planejamento de TIC é um processo de gestão com o objetivo de atender às necessidades finalísticas e de informação da organização, considerando-se inclusive a visão de longo prazo. Envolve a identificação e priorização das necessidades organizacionais e a definição de projetos, ações e metas para supri-las. O planejamento de TIC é complemento natural e necessário do planejamento estratégico institucional, estabelecendo diretrizes e ações transversais para suportar objetivos de negócio de todas as áreas da organização.*

O PDTIC é o instrumento que contém o diagnóstico, o planejamento e a gestão de recursos e processos e declara os objetivos, as estratégias e os indicadores da área de tecnologia da informação e comunicação em harmonia com os objetivos institucionais do órgão, visando a atender às necessidades de tecnologia de informação e comunicação do Tribunal para um determinado período. Com ele, é possível orientar as ações para se atingir os objetivos do STJ, reduzir riscos e melhor aproveitar os recursos disponíveis.

Importante frisar que o PDTIC é a base para a confecção do Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - PCTIC, de modo a incluir todas as contratações necessárias ao alcance dos objetivos nos planejamentos do órgão e de TIC. O PCTIC compõe o PDTIC e subsidia a confecção do Plano Anual de Contratações e Aquisições – PCAq do Superior Tribunal de Justiça, referente às soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação.



Quadro 11 - PCAq 2023 e PDTIC STJ 2023/2024

Com o intuito de facilitar o entendimento integrado dos diversos planos do Tribunal, criou-se um documento chamado **Matriz da Sinergia Institucional**, que demonstra a relação entre os diversos planos a partir da estratégia do Tribunal, para a alta administração, gerentes e o corpo funcional visualizarem, de maneira mais clara, a necessidade e a importância do alinhamento organizacional e do relacionamento coerente entre todos esses planos e iniciativas, visando a uma governança eficaz para o alcance dos resultados pretendidos.



Quadro 12 - Matriz da Sinergia Institucional

Governança

No Plano Estratégico STJ 2021-2026, o tema governança é tratado pelo objetivo Aprimorar a governança institucional. O foco é direcionar, avaliar e monitorar a gestão do Tribunal, principalmente no que se refere às práticas de liderança, de estratégia, de controle, governança de pessoas, de aquisições, de TI, orçamentária, proporcionando inovação e melhoria dos processos de trabalho que contribuem para a efetiva prestação jurisdicional.

O desempenho do objetivo é mensurado por indicadores e iniciativas estratégicas. Em 2023, destaque para a métrica Atendimento às recomendações, responsável por medir o percentual de recomendações expedidas pela unidade de auditoria interna do STJ atendidas durante o ano. Elas são emitidas com a finalidade de assistir à administração no cumprimento de seus objetivos, propondo às unidades a adoção de ações para corrigir desconformidades, tratar riscos e aperfeiçoar processos de trabalho e controles. O resultado ficou acima de 87%, o equivalente a 211 recomendações atendidas diante de 240 que foram expedidas.

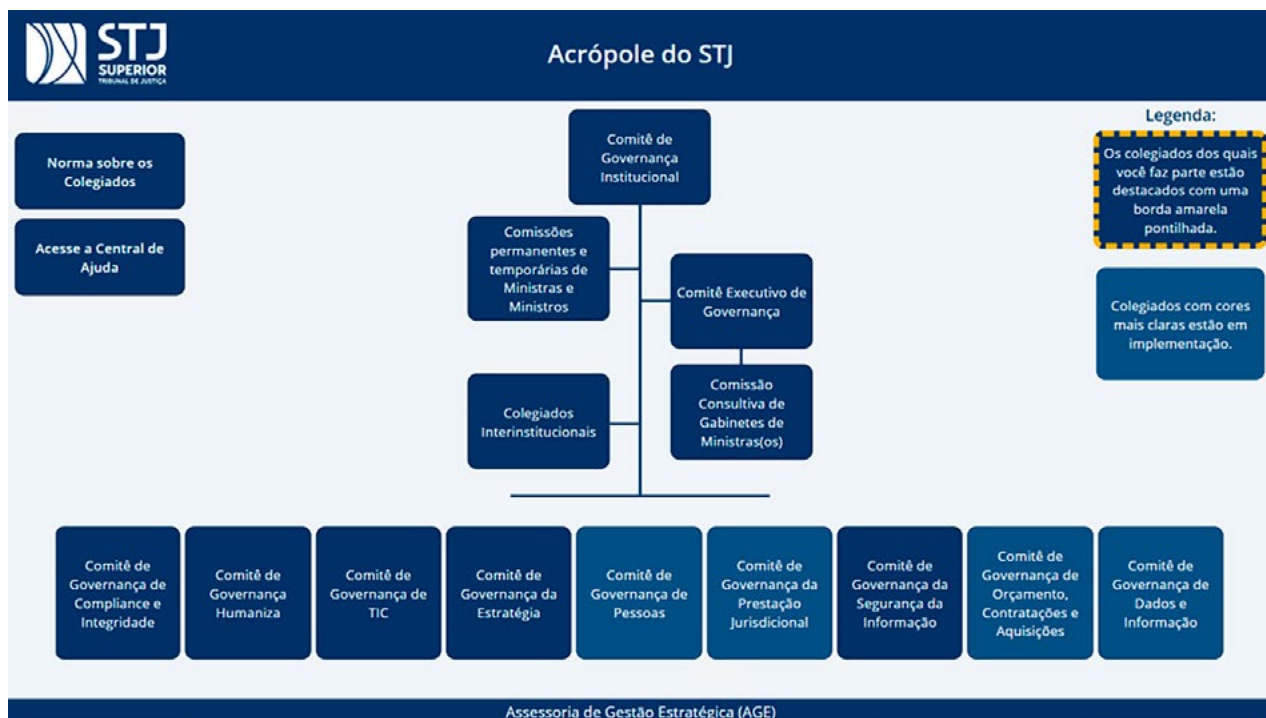
Outro destaque no período pode ser demonstrado pelo desempenho do indicador Governança no STJ, quando o Tribunal avançou de 78%, em 2022, para próximo dos 82% de maturidade em governança (meta de 80%). O resultado consiste na apuração anual da média dos percentuais de maturidade de 7 áreas de práticas de governança dentro dos órgãos públicos. No Superior Tribunal de Justiça, das 705 práticas distintas, até o momento, 575 já são adotadas. Mais uma vez, é possível constatar uma manutenção ou avanços em todas as áreas (Liderança, Estratégia, Controle, Gestão de Pessoas, Gestão de TI, Gestão de Contratações, Gestão Orçamentária). Ressalta-se que a cada ano, como o STJ já está com uma maturidade Aprimorada em relação ao tema, os desafios se tornam cada vez maiores.

Em relação às iniciativas, destaque para o Centro de Estudos Prospectivos, cujo objetivo é projetar futuros possíveis e auxiliar nas decisões institucionais, de modo a construir o STJ, com base na metodologia de planejamento por cenários.

Em 2023, fez-se uma análise com base na pergunta orientadora "Em dez anos, como estará o acervo do STJ?". Os cenários identificados foram apresentados na Semana Estratégica, em novembro, no formato de vídeos. Para o primeiro semestre de 2024, está prevista a elaboração e a publicação do relatório de fechamento em relação à pergunta orientadora, bem como a edição de normativo regulamentando o Centro de Estudos Prospectivos no STJ.

Outro destaque ficou por conta do Praticando a Governança no STJ, em que foi instituída a política de governança institucional (**Resolução STJ/GP n. 22 de 28 de junho de 2023**). Além disso, foi normatizada a constituição e o funcionamento de colegiados temáticos no âmbito do Tribunal (**Instrução Normativa STJ/GDG n. 18 de 16 de agosto de 2023**). A norma organiza comitês, comissões e grupos de trabalho de forma interati-

va e estruturada. Para isso, há o Acrópole do STJ, um aplicativo criado no exercício para o acompanhamento dos colegiados. Por fim, houve a publicação da **Portaria STJ/GP n. 344 de 14 de julho de 2023**, em que foram revogados 460 colegiados que haviam cumprido sua finalidade ou perderam seu objeto.



Quadro 13 - Tela inicial do Sistema Acrópole do STJ

Mais detalhes estão no painel de **Resultados Estratégicos**.

Após a publicação da **Resolução STJ/GP n. 22 de 28 de junho de 2023**, a estrutura de governança passou a ser graficamente representada pelo diagrama abaixo.



Quadro 14 - Estrutura de Governança do STJ

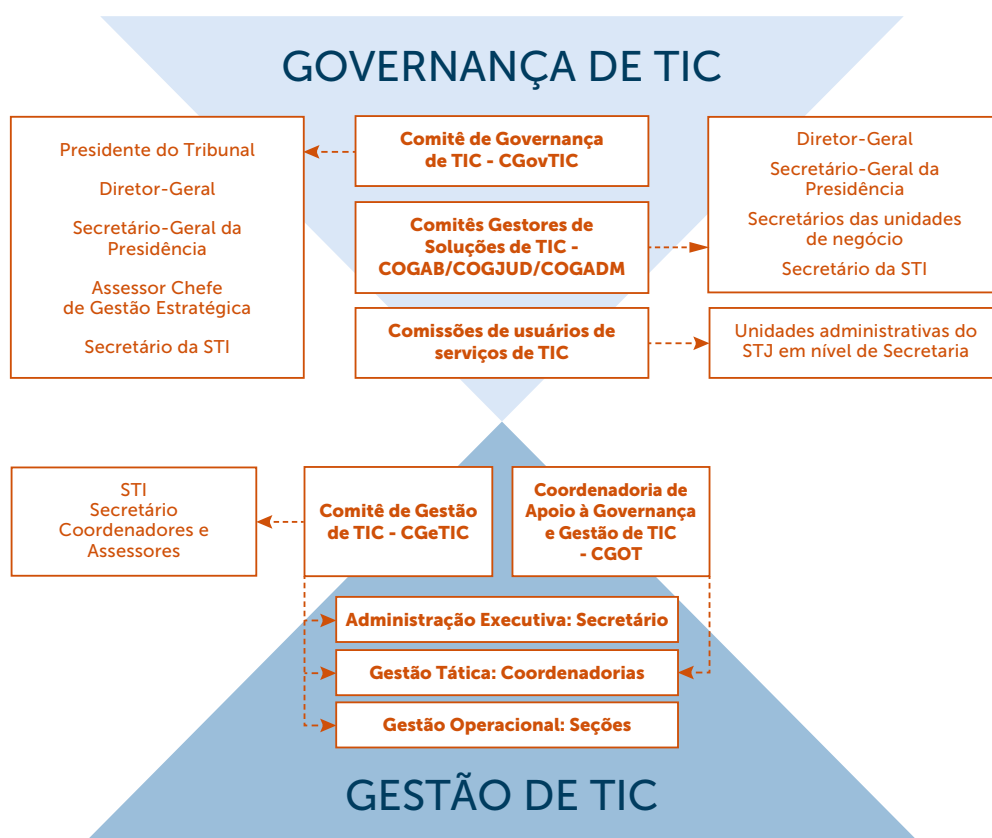
Governança de TIC

Com a **Resolução STJ/GP n. 22 de 28 de junho de 2023**, que alterou a estrutura de governança institucional e criou nove comitês temáticos, a Tecnologia da Informação e Comunicação passou a ser tratada pelo **Comitê de Tecnologia da Informação e da Comunicação – CGovTIC**.



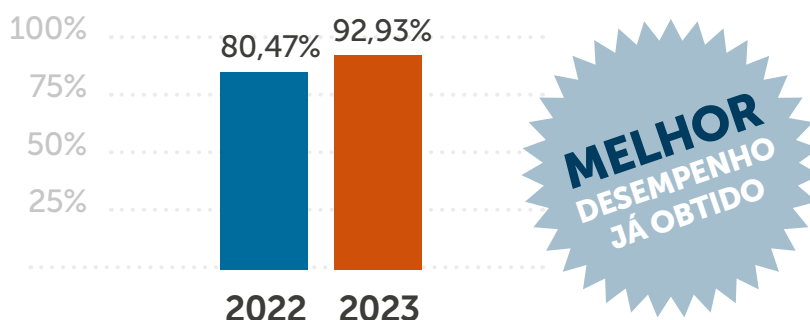
Quadro 15 - Estrutura de Governança de TIC do STJ

O desdobramento das instâncias foi definido na **Instrução Normativa STJ/GDG n. 30 de 28 de novembro de 2023**, que instituiu a Política de Governança de TIC do STJ:



Quadro 16 - Estrutura de Governança de TIC do STJ (detalhamento)

Em relação à supervisão da gestão e nível de maturidade em governança de TIC, cabe ressaltar que, em 2023, o STJ manteve o nível máximo de maturidade, Aprimorado (entre 65% e 85%), no levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD), mas com um aumento no resultado de 80,47% para 92,93%, sendo o melhor desempenho já obtido.



Quadro 17 - Melhor desempenho já obtido em nível de maturidade em governança de TIC

O iGovTIC-JUD é um diagnóstico feito anualmente pelo CNJ para mensurar o nível de maturidade dos órgãos submetidos ao seu controle administrativo e financeiro em iniciativas de tecnologia da informação e comunicação. O objetivo é acompanhar se as ações estão em consonância com a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação (ENTIC-JUD).

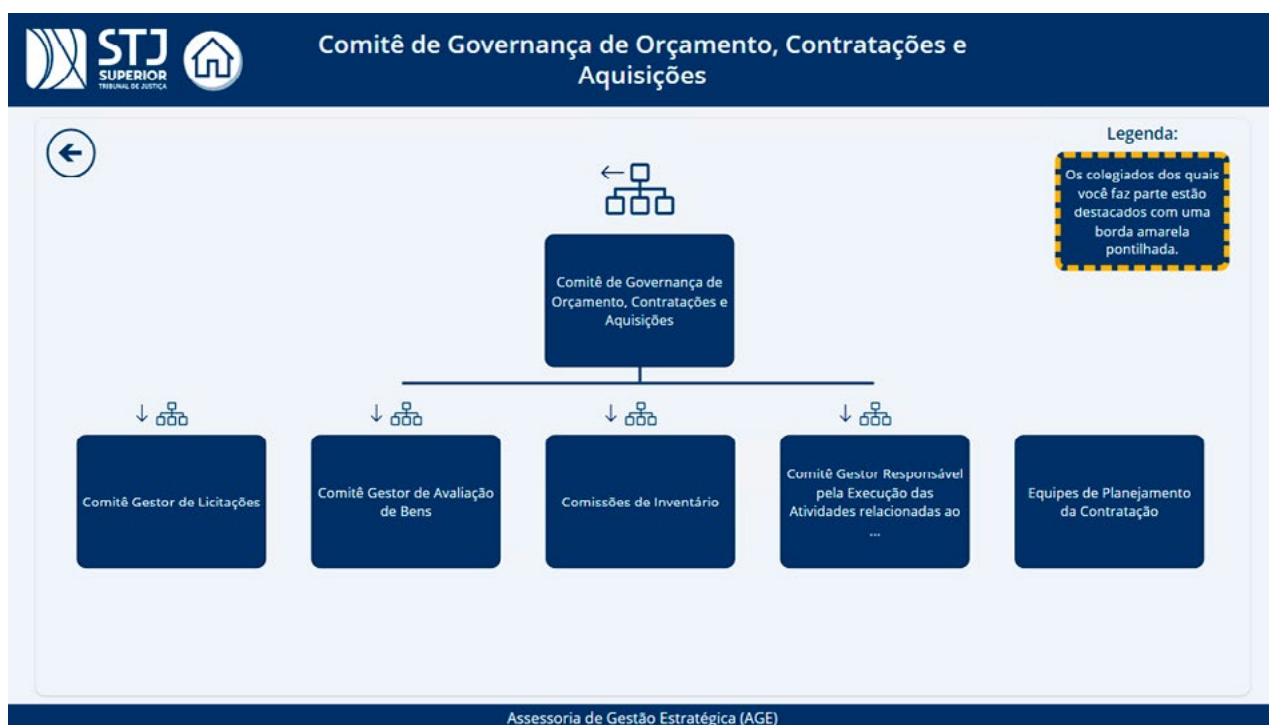
Governança de aquisições e contratações

Quanto ao subsistema das aquisições e contratações, as informações estão acessíveis no portal da **Transparência e Prestação de Contas**. Lá, a sociedade tem acesso aos dados relacionados às licitações, compras efetuadas, contratos e instrumentos de cooperação efetuados, suprimento de fundos. Além disso, estão disponíveis os manuais de compras e contratações, entre outras.



Quadro 18 - Detalhe do Portal da Transparência do STJ

Após a citada organização dos colegiados no STJ, para tratar do assunto, tem-se o **Comitê de Governança de Orçamento, Contratações e Aquisições**.



Quadro 19 - Estrutura do Comitê de Governança de Orçamento, Contratações e Aquisições

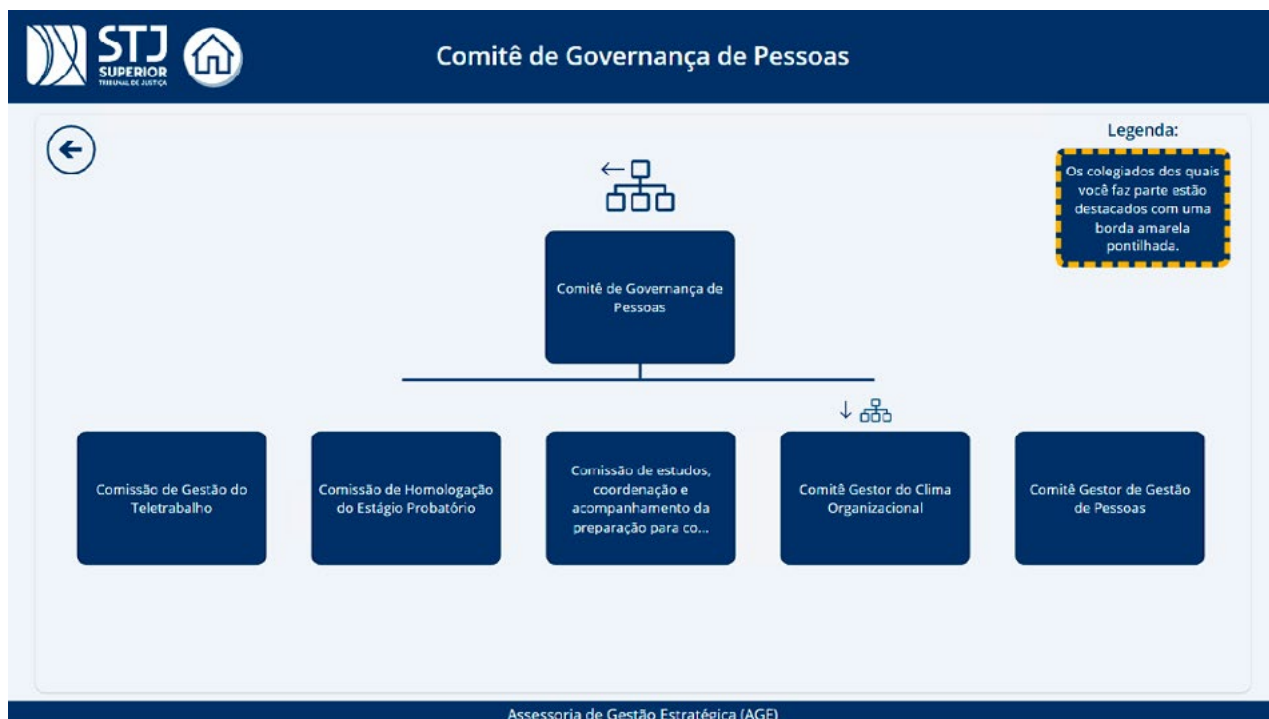
No Plano Estratégico STJ 2021-2026, o tema é tratado pelo indicador Execução do PCAq, que mede o percentual de compras concluídas constantes no Plano Anual de Contratações e Aquisições – PCAq comparado ao total de compras efetivadas no ano. Em 2023, o percentual de execução superou os 90%, inferindo-se que tal planejamento está cada vez mais adequado à realidade do Tribunal.

Mais informações, acessar o painel de **Resultados Estratégicos**.

Governança de Pessoas



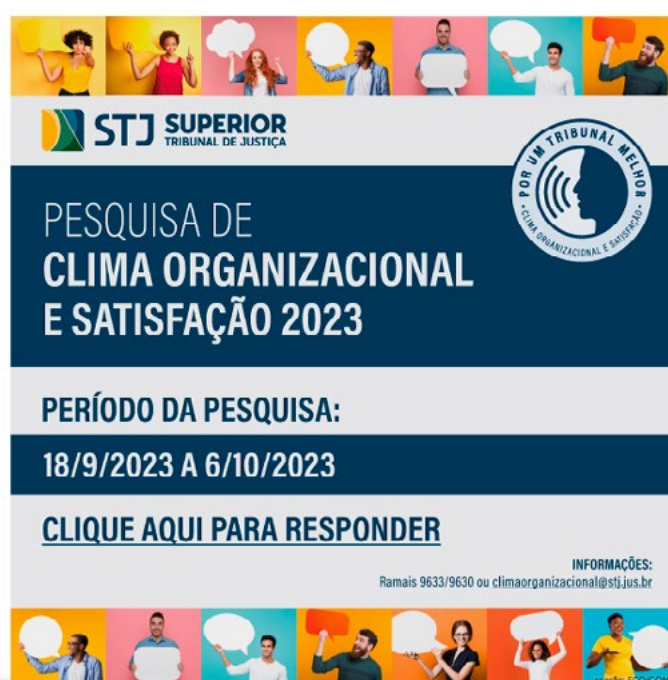
Quanto ao subsistema de pessoal, deve-se salientar que a **Portaria STJ/GP n. 10 de 16 de janeiro de 2017** atualiza a Política de Gestão de Pessoas do STJ e prevê a existência de Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas, responsável pelo gerenciamento da política e pela instituição do Plano Estratégico de Gestão de Pessoas. Atualmente, o colegiado responsável é o **Comitê de Governança de Pessoas**.



Quadro 20 - Estrutura do Comitê de Governança de Pessoas

A comunidade virtual STJ *Officeless* continua firme em seu propósito de promover técnicas, trocas de experiências e reflexões que favoreçam o aperfeiçoamento da cultura do teletrabalho e a gestão de equipes híbridas.

Em 2023, a pesquisa de clima organizacional e satisfação foi aplicada em outubro. Atualmente, a Comissão da Pesquisa de Clima Organizacional e Satisfação está analisando os dados coletados para a posterior divulgação dos resultados em 2024.



Quadro 21 - Convite para participação na pesquisa de Clima Organizacional e Satisfação 2023.

Governança de Dados

Para garantir a efetividade da proteção de dados pessoais e dos direitos dos titulares de dados pessoais nas operações de tratamento sob responsabilidade do STJ, em 2023, foi instituída a **Política de Proteção de Dados Pessoais do Tribunal (Resolução STJ/GP n. 5 de 28 de fevereiro de 2023)**. Outro destaque fica por conta da elaboração da **“Cartilha sobre LGPD no STJ”**, onde são apresentados os principais pontos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018);



Quadro 22 - Portal na internet que aborda a LGPD e o STJ

Outro ponto importante sobre o assunto diz respeito à elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais – RIPDP, exigido pela LGPD. Ele ocorre anteriormente às contratações que prevejam o compartilhamento de dados pessoais ou a realização pelo contratado de tratamento de dados pessoais em nome do STJ, mediante solicitação do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais – CGPD para os processos de trabalho, projetos ou serviços que realizarem tratamentos de dados pessoais considerados potenciais geradores de alto risco às liberdades civis e aos direitos fundamentais ou, ainda, mediante solicitação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD. Atualmente, o andamento das análises dos RIPDPs pelas unidades pode ser acompanhado por um painel específico.



Quadro 23 - Acompanhamento RIPDP

O inventário de dados pessoais e de dados pessoais sensíveis que já foram mapeados, tais como a descrição do titular, o processo de trabalho/grupo de atividades, macroprocesso, finalidade, hipótese de tratamento e previsão legal, encontram-se disponíveis em um **painel específico**.

Visando aprimorar a transparência no tratamento de dados realizado pelo STJ, em 2023, foram elaborados termos de uso de serviços digitais do Tribunal disponibilizados ao público externo. Eles estão inseridos nas páginas desses serviços, como o portal do STJ, o portal da Transparência e prestação de contas do STJ, portal Agenda 2030 do STJ.



Quadro 24 - Detalhamento dos Termos de Uso de Serviços Digitais, na internet

Quando o assunto é a **Divulgação de Dados Abertos**, em 2023, houve avanços na conclusão do inventário das bases de dados, que foram submetidos à consulta pública, para avaliar o interesse da sociedade nelas. Essas informações serão usadas para elaborar o plano de abertura dos dados da área administrativa do Tribunal, complementando os dados da atividade fim já disponíveis.

Por fim, houve a continuidade do projeto estratégico Governança de Dados no STJ, com foco na melhoria contínua dos dados, que já resultou em melhorias na qualidade dos dados da atividade finalística do órgão. Durante esse processo, foram coletados subsídios os quais serão utilizados na elaboração da política de governança de dados, com implementação prevista para 2024.



Quadro 25 - Página de dados abertos do STJ

Gestão de Riscos e Controles Internos

O processo de gestão de riscos no STJ está regulamentado pela **Instrução Normativa STJ/GP n. 4 de 6 de fevereiro de 2020**.



Quadro 26 - Processo de Gestão de Riscos no STJ
Fonte: Metodologia e Conceito Aplicável (sharepoint.com)

A Política de Gestão de Riscos, a Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos, o Modelo de Gestão de Riscos e os painéis de monitoramento realizados nos objetos da gestão de riscos do Tribunal podem ser acessados virtualmente em **Gestão de Riscos** (stj.jus.br).

Para o biênio 2023 – 2024, o Comitê de Gestão de Riscos elegeu a indisponibilidade de pessoa chave nos processos de trabalho, a indisponibilidade de sistemas e da rede do Tribunal e a manutenção/elevação do número de processos recursais com relevância autuados no Tribunal como riscos críticos/estratégicos capazes de afetar a capacidade do STJ em oferecer uma prestação jurisdicional ágil e efetiva ao jurisdicionado.

Os dois primeiros riscos têm potencial de impactar, de forma significativa, tanto a atividade finalística do órgão como a de suporte, uma vez que a especialização e a expertise centradas em uma única pessoa afeta a qualidade do trabalho ou o seu acúmulo. Já a indisponibilidade de sistemas e rede inviabiliza quase que completamente a execução dos processos de trabalho do STJ, dada a dependência desses recursos nas diversas atividades desenvolvidas na vida moderna.

O terceiro risco impacta a atividade finalística da instituição, porquanto novas legislações, alterações de jurisprudência, democratização do acesso à justiça, mudanças na dinâmica socioeconômica e no cenário político têm o potencial de aumentar a litigiosidade, levando as partes a buscar a resolução de seus conflitos nos tribunais superiores.

Objetivando enfrentar esses riscos, vêm sendo implementados controles preventivos e contingentes com a finalidade de reduzir a probabilidade de sua ocorrência ou os

seus impactos na atividade do Tribunal. Em monitoramento realizado em dezembro de 2023, foram identificados os principais controles implementados pela gestão do STJ. Para o risco "R01 – Indisponibilidade de pessoas chave ao desenvolvimento do processo de trabalho e/ou projeto/ programa estratégico", foram identificados quatro controles, todos preventivos. Para o risco "R02 – Indisponibilidade de sistemas judiciais/administrativos e da rede do Tribunal", foram listados dez controles, sendo oito preventivos e dois contingentes. Por último, para o risco "R03 – Manutenção/elevação do número de processos recursais com RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL - RQF autuados no Tribunal", foram descritos seis controles, todos preventivos.

Controles associados:

RISCO ESTRATÉGICO



Indisponibilidade de pessoas-chave nos processos de trabalho

CONTROLES IMPLEMENTADOS

Capacitação da equipe em assuntos críticos/relevantes para a unidade.

Desenvolvimento de plano de contingência para desempenho das atividades críticas.

Transferência/repasso de conhecimento de servidores mais experientes a outros integrantes da equipe.

Elaboração de guias operacionais, procedimentos e/ou instruções de trabalho.

Planejamento de ações para continuidade das atividades da unidade sem o sistema/rede.

Planejamento de estrutura tecnológica redundante/contingente em caso de indisponibilidade.

Busca de estruturas redundantes/contingentes em caso de indisponibilidade.

Homologação de todos os sistemas utilizados pela unidade antes de usá-los em ambiente de produção.

Monitoramento e manutenção preventiva de sistemas e bancos de dados periódica.

Atualizações de versões dos sistemas utilizados periodicamente.



Indisponibilidade de sistemas e da rede do Tribunal

Monitoramento, manutenção preventiva e atualização de hardware periodicamente.

Busca de soluções alternativas com boa relação custo-benefício.

Comunicação da indisponibilidade dos sistemas e da rede às partes interessadas e aguardo retorno da operação.

Suspensão das atividades prejudicadas pela indisponibilidade dos sistemas e da rede.



Manutenção/elevação do número de processos recursais com relevância autuados no Tribunal

Treinamento de magistrados e servidores em relação ao requisito da RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL – RQF.

Criação/atualização de procedimento/instrução de trabalho baseado na RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL – RQF.

Planejamento de ações para a implantação do instituto da RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL – RQF.

Alteração de funcionalidades no sistema judicial.

Implantação de alterações no processo de trabalho da unidade.

Realização de reuniões com partes interessadas (outras unidades do Tribunal, OAB, Legislativo, Associações).

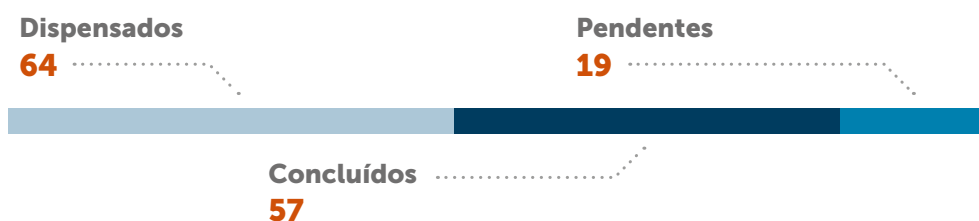
Quadro 27 - Riscos Estratégicos e Controles Implementados

Além da implementação de controles, a gestão do STJ possui iniciativas como a realização de estudos técnicos e análise dos temas de maior repetitividade com vistas à celebração de Acordos de Cooperação Técnica com os maiores litigantes, no intuito de prevenir litígios, formar precedentes qualificados e fomentar a resolução consensual das demandas e, dessa forma, reduzir a quantidade de litígios que chegam à Corte.

Paralelamente, há o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas, inclusive com o uso de Inteligência Artificial – IA, para automação de procedimentos cartorários, controle automático de prazos de mero expediente, entre outras, com o intuito de reduzir o tempo de documentação e análise pelos servidores, aumentar a produtividade e, assim, melhorar a sua capacidade de oferecer uma prestação jurisdicional de qualidade e ágil. O monitoramento das iniciativas pode ser acessado no painel **Resultados Estratégicos**.

Durante o exercício de 2023, deu-se continuidade ao monitoramento dos riscos das contratações e aquisições do Tribunal previstas no Plano de Aquisições e Contratações (PCAq2023). Foram monitoradas 140 contratações, sendo que 121 delas foram concluídas sem pendências relacionadas ao planejamento de riscos; 64 contratações tiveram o plano de riscos dispensado por conterem valores abaixo de R\$ 50 mil; e em 19 contratações restaram pendências relacionadas ao gerenciamento de riscos.

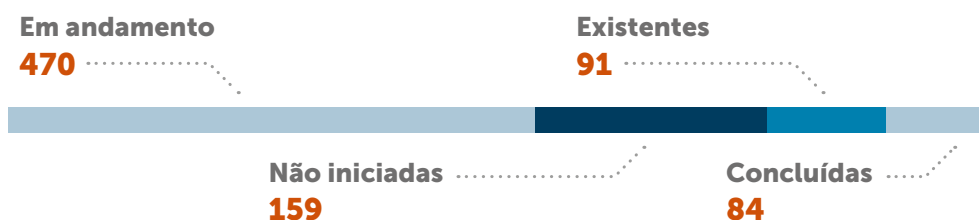
Situação do plano de risco na contratação



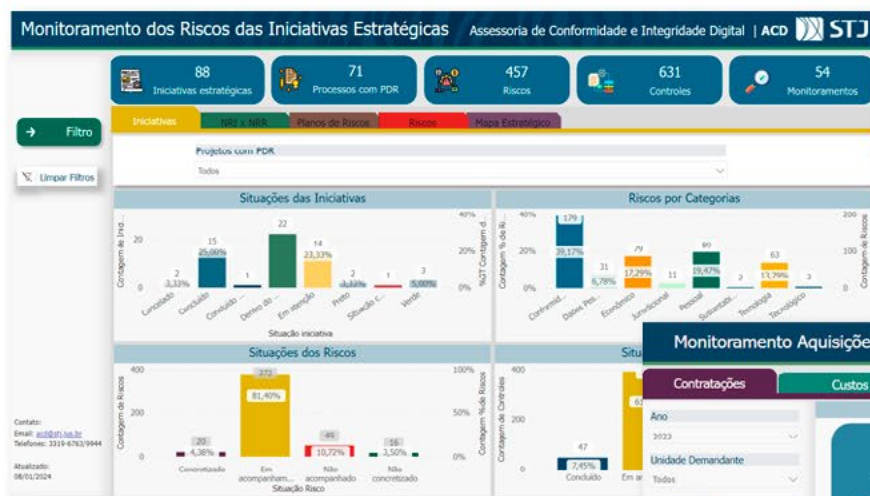
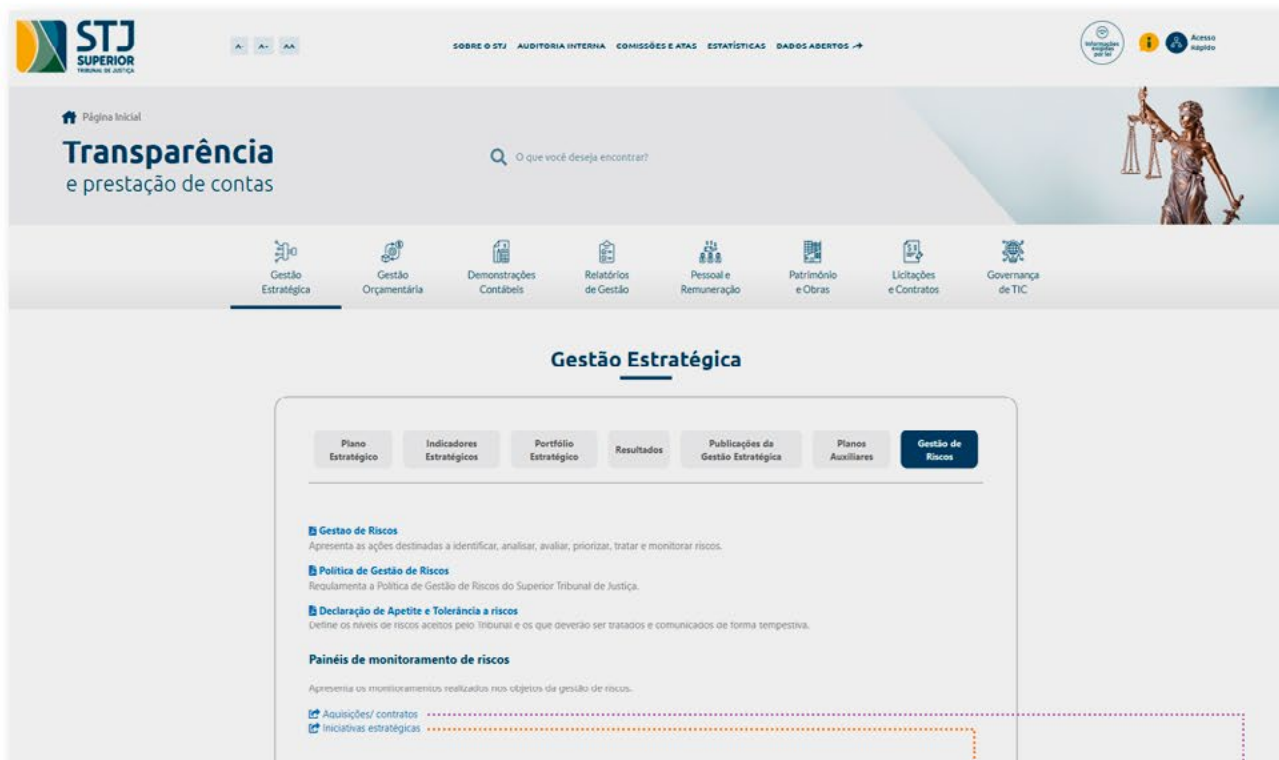
De modo geral, os valores das contratações com planos de riscos atualizados somados aproximaram-se de R\$ 427,35 milhões, equivalente a aproximadamente 99,6% do total.

Quanto aos projetos e aos programas estratégicos, foi prestado apoio técnico às gestoras e aos gestores na identificação, na análise e na avaliação de riscos. Em dezembro de 2023, o Tribunal contava com 88 iniciativas estratégicas no portfólio, sendo que dessas 71 estavam com planos de riscos em acompanhamento. As iniciativas estratégicas identificaram, analisaram e avaliaram 457 riscos e 631 controles.

Iniciativas Estratégicas – Situação dos controles



Para mais informações sobre o assunto, acessar o conteúdo no portal da **Transparência e prestação de contas**.



Iniciativas estratégicas



Aquisições/ contratos

Quadro 28 - Detalhamento de localização de conteúdo (Portal da Transparência do STJ)

Relacionamento com a sociedade

O Superior Tribunal de Justiça possui diversos canais de atendimento à sociedade.



Site do STJ: www.stj.jus.br



E-mail: ouvidoria@stj.jus.br



Disque-cidadania: (61) 3319-8888



Formulário eletrônico (clique **aqui** para acessar)



Redes sociais: @stjnoticias



Presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 11h às 19h



Cartas: Ouvidoria do STJ - SAFS, quadra 6, lote 1, Trecho III
CEP 70.095-900, Brasília/DF

Quadro 29 - Contatos STJ

Além desses canais de acesso, a **Carta de Serviços do STJ**, elaborada pela Ouvidoria, descreve as atribuições e competências de cada unidade, além de orientações sobre todos os serviços prestados. Uma ótima ferramenta para descobrir o Tribunal.

Em 2023, foram 3.819 atendimentos, com o tempo médio de resposta de **seis dias**.



Quadro 30 - Tipos de demandas registradas em 2023 / Fonte: Sistema de Ouvidoria – SOU

Entre as manifestações referentes às unidades do Tribunal, que equivalem a 57,97% do total de demandas recebidas, os assuntos mais recorrentes foram:

Recursos Humanos - servidores

Processos – pesquisa processual

Processos – consulta aos autos

Processos – Sistema de Consulta Processual

Processos - demora no julgamento

Unidades do Tribunal - serviços, informações

Unidades do Tribunal – localização/contato/funcionamento

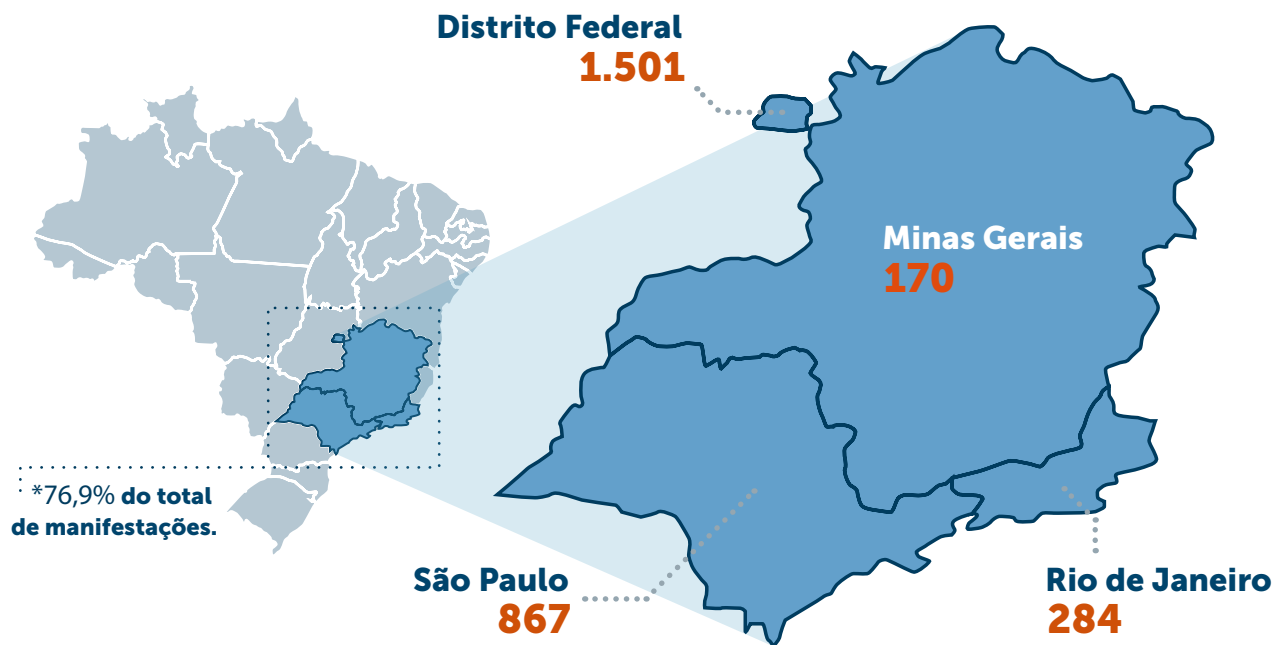
Processos – decisões

Institucional – outros assuntos

Unidades do Tribunal – atendimento

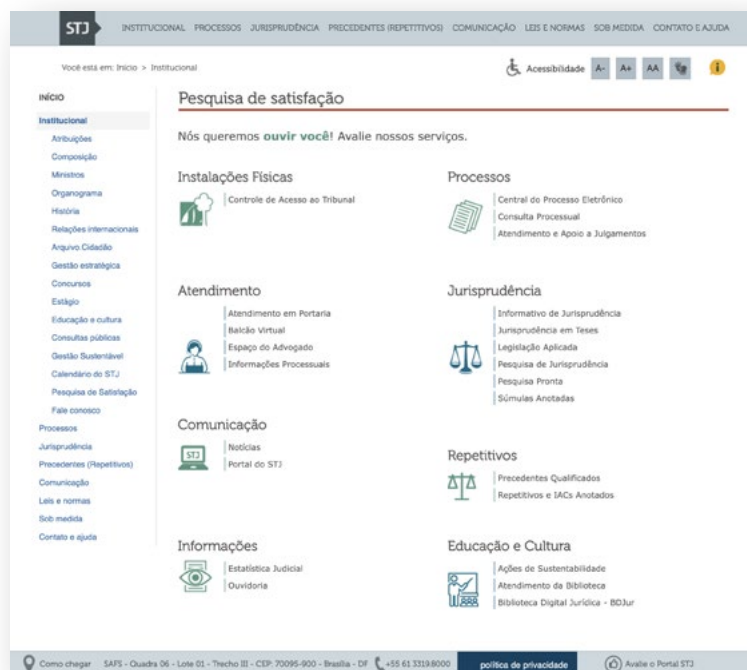
Quadro 31 - Principais assuntos demandados à Ouvidoria do STJ

No exercício, os Estados brasileiros que mais demandaram o STJ foram SP, RJ, MG e o DF, conforme observado a seguir. Assim, a soma das solicitações dos entes federativos corresponde a 76,9% do total de manifestações.



Quadro 32 - UF de origem das manifestações em 2023
Fonte: Sistema de Ouvidoria – SOU

Estão disponíveis diversas pesquisas no **portal do STJ**, que, consolidadas, alimentam o indicador estratégico “Satisfação com os serviços do STJ”, cuja meta anual é 80% de satisfação.



Quadro 33 - Pesquisa de satisfação do STJ

Em 2023, o percentual de satisfação foi de 89% em um universo de 13.711 avaliações. Os serviços mais avaliados foram estes: Consulta Processual, Informações Processuais, Balcão Virtual, Notícias, Espaço do Advogado e portal do STJ, correspondendo a 83% das avaliações recebidas. Isso reforça o papel do STJ como o “Tribunal da Cidadania”, já que a opinião da sociedade impacta diretamente o planejamento e a execução das ações do Tribunal.

Algumas das ações realizadas em 2023 para aprimorar o relacionamento com a sociedade foram:

- **Pesquisa de percepção do STJ:** foi aplicada a pesquisa para os tribunais, operadoras e operadores do direito. Assim, foi possível identificar questões que podem ser aprimoradas e aperfeiçoadas nos serviços prestados pelo STJ.



Quadro 34 - Convite da pesquisa de percepção do STJ em 2023

- **Atendimento em Libras:** foi lançada uma nova forma de contato com a Ouvidoria do STJ para as pessoas que se comunicam em Libras. Elas podem encaminhar sua manifestação, em vídeo, por e-mail ou WhatsApp. A Ouvidoria traduzirá, tratará a demanda e gravará um vídeo em Libras para responder a quem fez o contato.



Quadro 35 - Libras no STJ

- **Maratona de defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos:** com o objetivo de levar ao conhecimento da sociedade as atividades desenvolvidas pelas ouvidorias públicas do país, a Rede Nacional de Ouvidorias (ReNOuv) organiza, anualmente, a **Maratona de Defesa dos Direitos dos Usuários de Serviços Públicos**. Em 2023, a Ouvidoria do STJ participou do evento publicando conteúdos para as mídias sociais relacionados ao combate à discriminação no serviço público. Como resultado, o STJ ficou em segundo lugar na categoria.

Com vistas ao constante aprimoramento do relacionamento com a sociedade, em 2023, iniciaram-se diversas iniciativas estratégicas vinculadas ao objetivo "Fortalecer a imagem e a transparência institucional": Experiência do usuário nos portais da transparência e de dados abertos; Tour Virtual do STJ; Pesquisa de Satisfação 5.0; Balcão Virtual da Ouvidoria.

Isso demonstra o quanto o Tribunal da Cidadania se empenha para atender bem as pessoas que utilizam os serviços e a infraestrutura desta Casa.

Para saber mais, basta acessar o painel **Resultados Estratégicos**, bem como o portal da **Transparência e prestação de contas** do STJ.

Em se tratando das plataformas digitais, o STJ tem estado cada vez mais presente. Considerando a sua principal vitrine para a sociedade, o **portal do STJ** superou a barreira de 66 milhões de acessos em 2023.



+ de
..... **66 milhões**
de visitas!

Quadro 36 - Número de acessos ao Portal do STJ

Ainda em 2023, em relação às publicações de rotina para o **portal do STJ**, registrou-se uma audiência recorde de quase 17 milhões de visualizações.

17.000.000

Quanto aos acessos no Instagram, no YouTube e no mundo dos podcasts, foram alcançados números interessantes. Ressalta-se que, no **Plano Estratégico STJ 2021-2026**, existe o indicador "STJ na mídia", que auxilia à medição do desempenho do objetivo "Fortalecer a imagem e a transparência institucional", demonstrando a preocupação em manter o cidadão informado de assuntos afetos ao Tribunal. Para saber mais, acesse o painel de **Resultados Estratégicos**.

Em 2023, os perfis do STJ nas redes sociais Facebook, Instagram, X (antigo Twitter), LinkedIn e Telegram conquistaram 109 mil novos seguidores, atingindo um total de 3,4 milhões de usuários.



Quadro 37 - Número de usuários nas redes sociais do STJ

Projetos que merecem destaque:

TRANSformando Direitos: dando sequência ao projeto lançado no dia internacional dos Direitos Humanos em 2022, foram produzidas novas temporadas e podcasts.



Quadro 38 - Transformando Direitos



Quadro 39 - Faces da Cidadania: 35 anos do STJ

Faces da Cidadania: em comemoração aos 35 anos da Constituição Federal e da criação do Tribunal da Cidadania.

Algumas postagens merecem destaque, a saber:

Uma série de posts que esclarecem conceitos relacionados às formas como o racismo se manifesta.

Duas séries de posts para a Semana de Combate ao Assédio e à Discriminação, instituída pela **Resolução CNJ n. 450/2022**. A série focada no assédio moral no trabalho foi o conteúdo do Judiciário Federal que mais engajou o público na semana de sua publicação, conforme levantamento do SocialMediaGov.



Quadro 40 - Postagens destaques em 2023

Além da preocupação do STJ em disponibilizar informações, o Tribunal da Cidadania o faz de maneira acessível e inclusiva. Para tanto, desde 2018, existe a Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade e Inclusão no STJ - ACI (**Portaria n. 337/2018** e **Portaria STJ/GDG n. 761/2022**).



Em 2023, o STJ conquistou o primeiro lugar do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, na categoria Mídia Digital, com o projeto **Acessibilidade: valor de dentro para fora, é o Balcão Virtual Acessível do STJ**. O mesmo projeto recebeu, ainda, a Menção Honrosa na 4ª edição do Prêmio de Inovação J.Ex.



Quadro 41 - Premiações do Tribunal em 2023

Por fim, no período, foi realizada uma consulta pública sobre a política de acessibilidade e inclusão do STJ. Dessa forma, é possível tornar o Tribunal da Cidadania cada vez mais acessível e inclusivo.

2. Resultados da Gestão

STJ em números

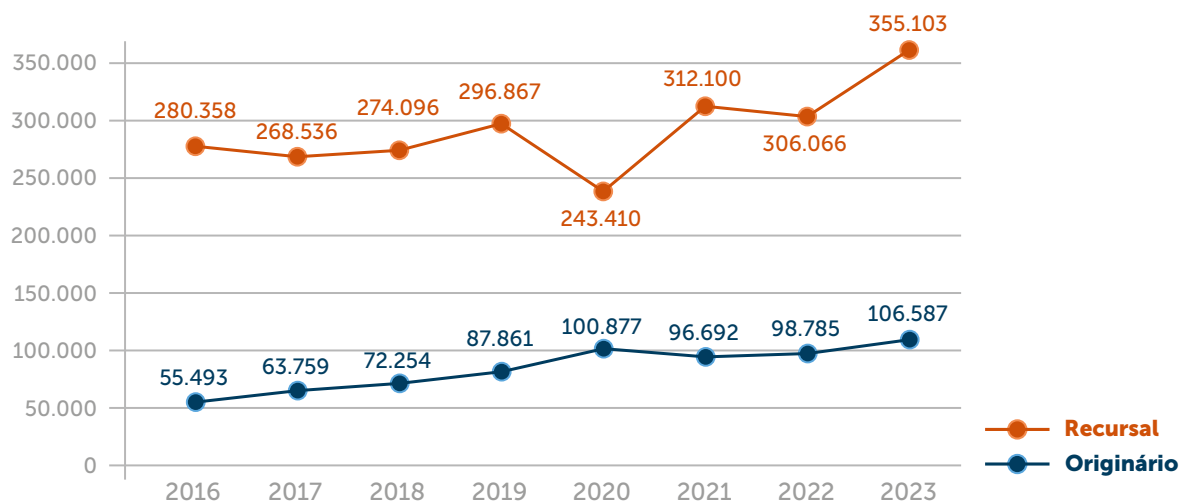
Em 2023, as atividades jurisdicionais do Superior Tribunal de Justiça estão resumidas no painel a seguir, demonstrando a constante preocupação desta Corte em gerar o seu principal valor público para a sociedade, a **Prestação Jurisdicional**.



Quadro 42 - Tipos de demandas registradas em 2023

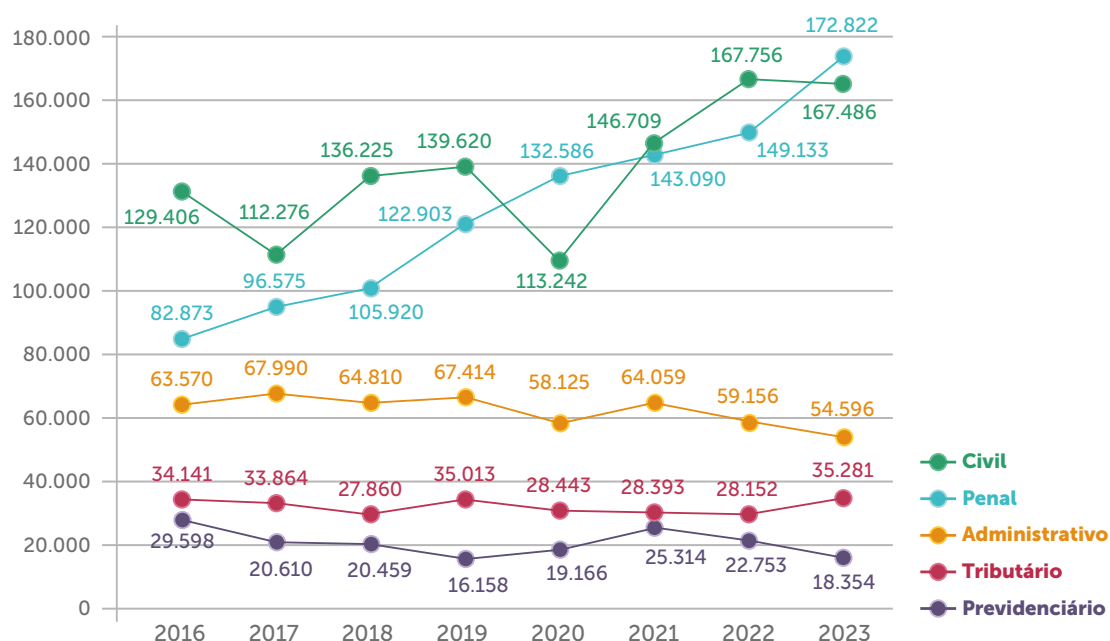
Em relação à movimentação processual, os julgados (processo principal) passaram dos 434 mil processos frente aos 461 mil recebidos.

Observa-se que se mantém a representatividade, em percentuais, dos originários e dos recursais recebidos em relação ao acervo do Tribunal.



Quadro 43 - Evolução dos processos recebidos

Quanto aos distribuídos, ao analisar, de forma mais granulada, os processos pelos principais ramos do Direito, o **civil** ficou estável em relação a 2022 com uma pequena queda de 0,17% (279), interrompendo forte sequência de alta dos últimos dois anos, em que houve aumento acumulado de 48,15% (mais de 54 mil). O ramo **penal** exibiu forte alta de 15,89% (mais de 23 mil), superando o ramo civil como o mais distribuído, mantendo uma alta com média de crescimento de 10% ao ano. O **administrativo** apresentou diminuição de 7,71% (mais de 4 mil), marcando o segundo ano consecutivo de retração, após período de estabilidade entre 2017 e 2021. O **tributário**, por sua vez, destacou-se por apresentar intenso aumento de 25,53% (mais de 7 mil), retornando a valores próximos de 2019, quando teve início a sequência de queda por três anos. Por fim, o ramo **previdenciário** exibiu redução de 19,33% (mais de 4 mil), seguindo numa média de 20 mil processos distribuídos desde 2017.



Quadro 44 - Evolução dos processos distribuídos

Ao analisar os processos tramitando em 31/12/2023 (317 mil), constata-se um aumento de cerca de 19% se comparado a 2022 (267 mil). Infere-se que a causa foi o maior número de recebidos e uma diminuição momentânea no quadro de ministros, causando uma queda nos julgados de um ano para outro (441 mil em 2022 e 434 mil em 2023).



Quadro 45 - Tramitação de processos I

608.873

Julgados

(Incluindo AgInt, AgRg e EDcl)



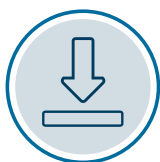
434.638

Processo Principal

(Excluindo AgInt, AgRg e EDcl)

413.252

Processos Baixados



317.967

Processos Tramitando

(Em 31/12/2023)

Quadro 46 - Tramitação de processos II

Para além dos dados apresentados, o bom cumprimento do objetivo estratégico "Buscar agilidade e produtividade na prestação jurisdicional", que pretende garantir prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental, por meio do aprimoramento de métodos e ferramentas de trabalho, dá destaque para o indicador "Agilidade na primeira decisão". Tal mensuração trata do tempo, em dias, em que os processos das classes ARESP, RESP, HC e RHC levam entre a sua chegada no STJ e a primeira decisão monocrática de quem preside o Tribunal ou de quem está na relatoria, ou colegiada. Nesse sentido, em 2023, o resultado foi de 112,93 dias frente à meta de 119 dias, ou seja, a primeira decisão foi dada em menor tempo que o esperado, garantindo uma justiça mais ágil.



Em 2023, o resultado ficou abaixo da meta, o que torna a justiça mais ágil

*neste caso, quanto menor o resultado, melhor

Quadro 48 - Resultado do indicador 'Agilidade na Primeira Decisão'

Outro ponto de destaque fica por conta da criação de um painel com os **Processos Tramitando**, praticamente, em tempo real. Assim, espera-se acompanhar de perto, de modo a reduzir o acervo do Tribunal.



Quadro 49 - Gráfico com tramitação de processos no STJ praticamente em tempo real

Em termos de **iniciativas estratégicas**, seguindo essa linha de redução, em 2023, foi concluído o projeto "Redução de Demandas", cujo objetivo é o mapeamento das controvérsias submetidas ao STJ e o monitoramento da atuação jurídica das partes, especialmente dos grandes demandantes, a fim de executar estratégias voltadas à prevenção de litígios, gerenciamento de precedentes qualificados e de ações coletivas, fomento à resolução consensual das controvérsias.

Promover o mapeamento com potencial de submissão ao STJ leva em conta os dados quantitativos e qualitativos dos processos em tramitação nos TRFs e TJs, subsidiando ações estratégicas relacionadas ao controle da demanda de processos recursais recebidos no âmbito do STJ.

A principal ação voltada para a redução do volume de processos no Tribunal foi o acordo de cooperação técnica firmado com a Advocacia-Geral da União – AGU, o qual possibilitou, desde junho de 2020, que cerca de 620 mil processos os quais poderiam chegar à Corte tivessem sua tramitação abreviada nas instâncias de origem.

Esse trabalho envolveu gerenciamento de precedentes qualificados e fomento à resolução consensual de controvérsias, evitando o excesso de demandas e contribuindo para a redução de litígios e a celeridade processual.

Devido aos bons resultados, novos acordos foram firmados com outras instituições, como Procuradoria-Geral do Estado de SP, Procuradoria-Geral do Distrito Federal, Banco do Brasil.

Por fim, foi desenvolvida tela para análise dos grupos criados automaticamente pelo sistema Athos e uma API (interface para comunicação entre sistemas) para consumo direto do sistema Precedentes Web, possibilitando a identificação de controvérsias relevantes ou daquelas que possuam elevada ocorrência, propician-

do a afetação de novos temas, de modo a promover a formação de teses do STJ antes da remessa de recursos a esta Corte.



Quadro 50 - Processos que deixaram de chegar ao STJ

Para mais informações, basta acessar o painel de **Resultados Estratégicos**.

Metas nacionais estabelecidas para o Poder Judiciário em 2023

Quando se analisam as metas nacionais que foram perseguidas pelo Superior Tribunal de Justiça em 2023, a situação está compilada em **painéis de BI**. Dessa forma, o Tribunal almeja, cada dia mais, oferecer à sociedade uma prestação jurisdicional de qualidade e uma justiça mais próxima do cidadão.



Quadro 51 - Painel de acompanhamento das Metas Nacionais

Importante ressaltar que todas as metas nacionais acompanhadas, anualmente, pelo STJ também são indicadores constantes no Plano Estratégico STJ 2021-2026.

Para mais detalhes, acessar o painel de **Resultados Estratégicos**.

Orçamento e demonstrações contábeis

A Lei Orçamentária Anual de 2023 – LOA/2023 fixou dotação orçamentária para o Superior Tribunal de Justiça no valor total de R\$ 2.029.721.389.

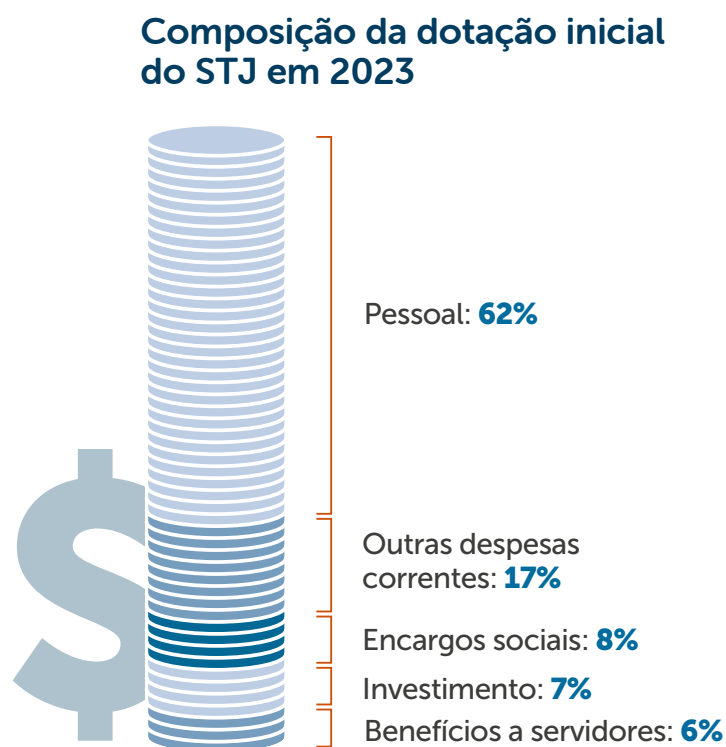
Desse montante, R\$ 1.876.254.428 destinaram-se às despesas primárias, dos quais R\$ 1.387.402.514, às primárias obrigatórias e R\$ 488.851.914, às discricionárias.

Para o atendimento das despesas financeiras, foram disponibilizados R\$ 153.466.961 relativos a Encargos Sociais.

Em 2023, destaca-se a publicação da **Lei n. 14.523, de 9 de janeiro de 2023**, que reajustou a remuneração das carreiras dos servidores do Poder Judiciário. No STJ, o reajuste representou um aumento de aproximadamente R\$ 67 milhões nas despesas de Pessoal em 2023, incluindo as servidoras, os servidores, as magistradas e os magistrados ativos e inativos, além de pensionistas.

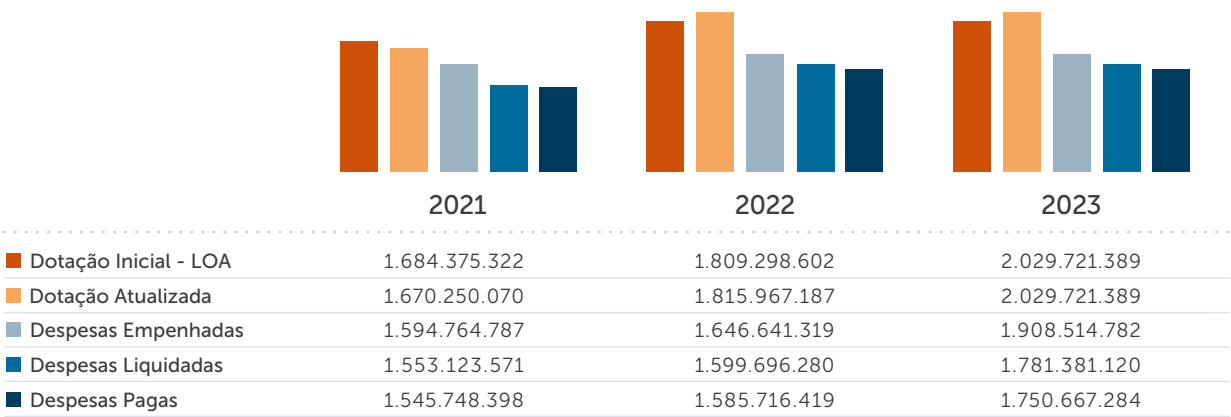
Ademais, os benefícios obrigatórios a servidoras e servidores, que estavam congelados desde 2018, em virtude de vedação de reajuste nas LDOs desse período, tiveram sua atualização em 2023, com base no IPCA acumulado desde a última revisão de cada benefício, resultando em um incremento na dotação de R\$ 11 milhões em relação a 2022.

Apresentam-se a composição da LOA/2023 do STJ e a evolução da dotação e execução:



Quadro 52 - Composição da Dotação inicial do STJ 2023 | Fonte: Tesouro Gerencial em 02/01/2024

Dotação atualizada inicial x Despesas no STJ de 2021 a 2023



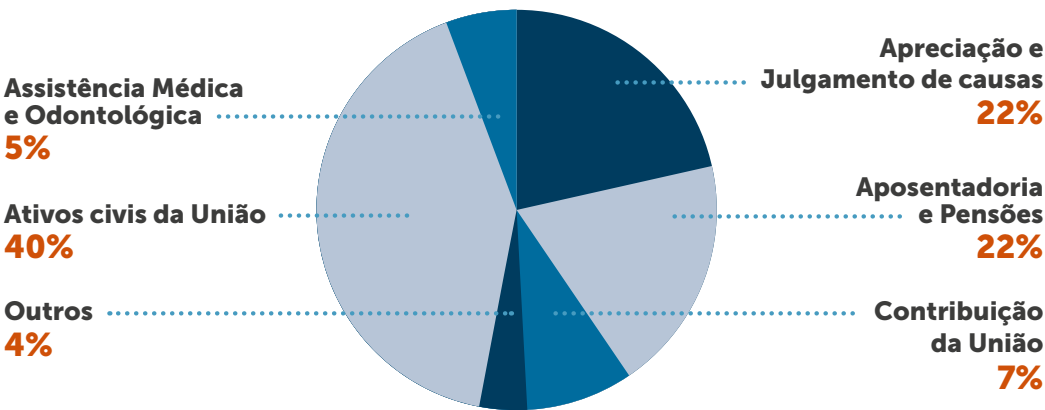
Quadro 53 - Dotação inicial, despesas empenhadas, liquidadas e pagas do Superior Tribunal de Justiça de 2021 a 2023 | Fonte: Tesouro Gerencial em 15/01/2024, considerando a execução orçamentária da Unidade Orçamentária 11101.

Principais Programas e Ações

O STJ possui apenas o Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário (0033), que se caracteriza por um “conjunto de ações orçamentárias e não orçamentárias, que não são passíveis de associação aos programas finalísticos, relacionadas à gestão da atuação governamental ou à manutenção da capacidade produtiva das empresas estatais”, conforme diretrizes do PPA 2020-2023. O programa 0033 deteve quase a totalidade da dotação final do ano.

A distribuição da dotação final da Corte entre suas ações orçamentárias está abaixo apresentada:

Dotação atualizada do STJ em 2023 (principais ações)



Quadro 54 - Dotação atualizada do STJ em 2023 (principais ações) | Fonte: Tesouro Gerencial em 02/01/2024

Evolução das despesas pagas pelo STJ (principais ações de 2021 a 2023)



Quadro 55 - Evolução das despesas pagas nas principais ações do STJ de 2021 a 2023 | Fonte: Tesouro Gerencial em 15/01/2024, considerando a execução orçamentária da Unidade Orçamentária 11101.

Diante das demonstrações financeiras de pagamento das principais ações do STJ no último triênio, destacam-se os seguintes fatores sobre as variações de resultado e de desempenho financeiro:

20TP – Ativos Cíveis da União e 0181 – Aposentadorias e Pensões Cíveis da União

São as principais ações de gastos com Pessoal e representaram juntas cerca de 62% da dotação atualizada total, com execução média de 95%. As variações de resultados observadas no triênio 2021-2023 são compreensíveis diante do crescimento vegetativo da folha de pessoal ativo e do ingresso de novas servidoras e servidores em decorrência das aposentadorias.

4236 – Apreciação e Julgamento de Causas

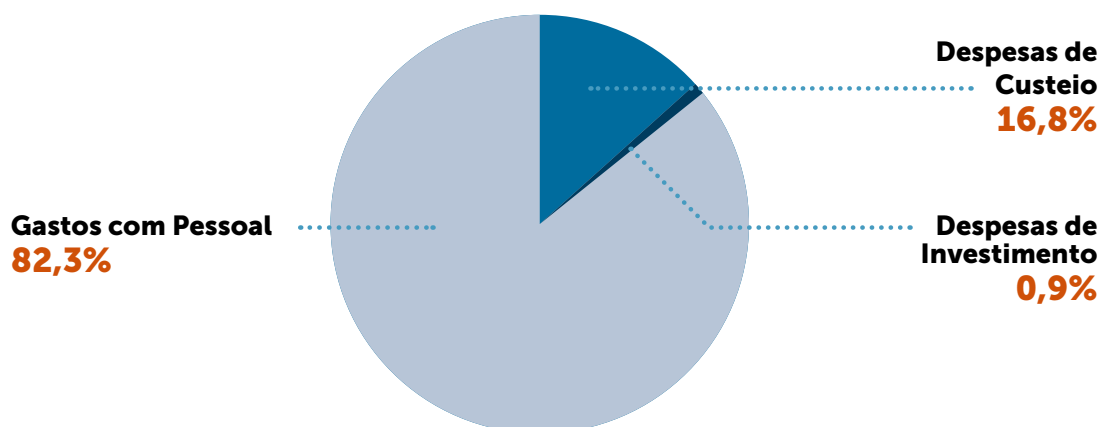
É a principal ação discricionária do Tribunal, totalizando cerca de 22% da dotação atualizada total autorizada para o exercício e com execução média de 65% da dotação atualizada no triênio 2021-2023. A ação viabiliza atividades de manutenção do Tribunal, o julgamento de processos, a gestão de sistemas informatizados e investimentos em novas soluções tecnológicas e em segurança cibernética. Em 2023, foram obtidos os seguintes resultados, com destaque para a capacitação dos servidores e para as ações de comunicação institucional:

- 608.879 processos julgados, 99,8% da meta reprogramada;
- 9.925 participações em cursos, 65% acima da meta física prevista;
- 79 sistemas informatizados geridos, cerca de 74% da meta reprogramada;
- 86.198 conteúdos divulgados, 44% acima da meta física reprogramada;
- 8 ações desenvolvidas ligadas a segurança da informação, representando 66% da meta reprogramada;
- 1.055 participações em ações de educação corporativa de TI, 32% acima da meta programada.

Alocação Orçamentária – Finalidade dos recursos

A seguir estão apresentadas, para fins deste relatório, as três áreas que concentraram as principais despesas do STJ:

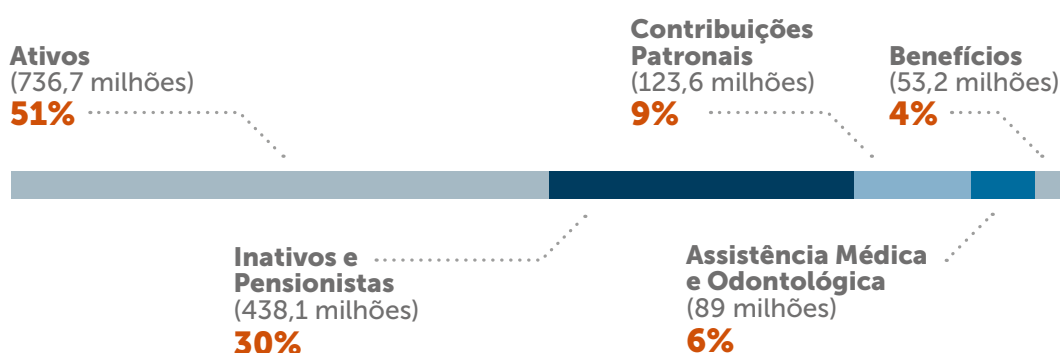
Distribuição das Despesas pagas do STJ em 2023



Quadro 56 - Distribuição das Despesas pagas do STJ em 2023

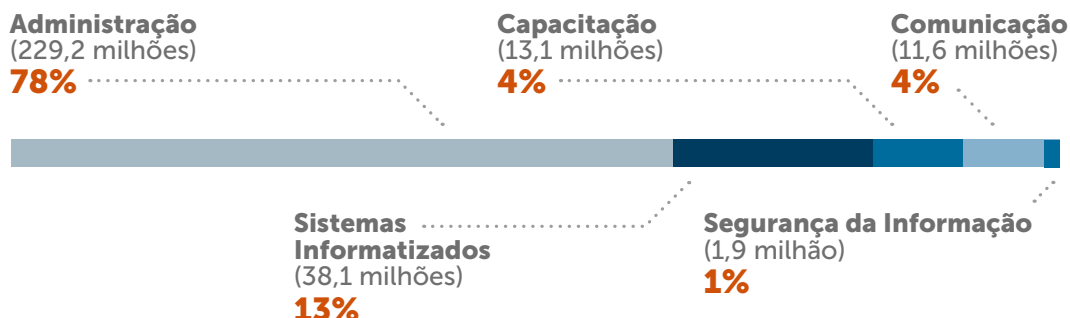
Gastos com pessoal: compreende os gastos com auxílios, benefícios (transporte, alimentação, pré-escolar, funeral, auxílio moradia), assistência médica e odontológica, além das despesas de pessoal e encargos sociais. Em 2023, essa área de despesa totalizou R\$ 1.440.780.837, representando 82% dos pagamentos.

Gastos com Pessoal



Custeio: engloba despesas tais como: serviços de apoio e manutenção que viabilizam o julgamento de causas e demais atos jurisdicionais de competência do STJ; treinamento, formação e aperfeiçoamento de servidores e magistrados; e a realização de campanhas de comunicação institucional e divulgação por meio da mídia em geral, perfazendo um montante pago de R\$ 294.245.713, que representa 17% do total pago em 2023.

Custeio



Investimento: corresponde às dotações aplicadas no patrimônio permanente, como obras, instalações e aquisição de materiais, desenvolvimento de sistemas de TI, etc. Os pagamentos nessa área somaram R\$ 15.640.734 em 2023, representando quase 1% dos pagamentos.

Investimento



Valores Pagos – Despesas pagas pelo STJ

Execução por Grupo e Elemento de Despesa

- **Grupo de Natureza de Despesa:** classe de gasto em que foi realizada a despesa
- **Elemento de Despesa:** classificação dos insumos utilizados ou adquiridos

Despesas pagas do Superior Tribunal de Justiça em 2022 (por Grupo de Natureza de Despesa)



Quadro 57 - Despesas pagas do Superior Tribunal de Justiça em 2023 (por Grupo de Natureza de Despesa)

Grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais	Valor pago (R\$)
11 - Vencimento e vantagens fixas - pessoal civil	709.065.453
01 - Aposent. RPPS, Reser. Remuner e Reform Militar	367.416.465
13 -Obrigações patronais	126.629.644
Demais elementos	95.420.680
TOTAL	1.298.532.242

Grupo 3 - Outras Despesas Correntes	Valor pago (R\$)
39 - Outros serviços de terceiros - PJ	155.257.586
37 - Locação de mão de obra	145.053.551
46 - Auxílio Alimentação	42.604.132
Demais elementos	93.579.039
TOTAL	436.494.308

Grupo 4 - Investimentos	Valor pago (R\$)
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação	9.990.910
52 - Equipamentos e material permanente	5.432.755
51 - Obras e instalações	217.069
TOTAL	15.640.734

Quadro 58 - Despesas pagas do STJ em 2023 (por Elemento de Despesa)
 Fonte: Consulta extraída do Tesouro Gerencial em 15/01/2024, considerando a execução orçamentária da Unidade Orçamentária 11101.

Descentralização de recursos

Da dotação inicial recebida pelo STJ na LOA 2023, R\$ 61.938.907 foram descentralizados pela UG do STJ a outros órgãos, sob a forma de descentralizações de crédito, para fins de ressarcimentos de despesas com imóveis funcionais, brigadistas, além de ações de capacitação e divulgação institucional.

Além desse total, houve o repasse de R\$ 2.513.068 da Ação 20G2 para outros órgãos como ressarcimento de despesas com formação e aperfeiçoamento de magistrados, cuja análise consta em capítulo específico da Enfam.

Em 2023, houve o repasse de R\$ 60 milhões ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ em razão da celebração do **Termo de Execução Descentralizada n. 001/2023**, tendo por objeto o aprimoramento da eficiência, da efetividade e da transparência das políti-

cas de informatização do processo judicial. As demais descentralizações referiram-se, em sua maioria, a despesas com custeio de bolsas de mestrado aos servidores, pagamentos de GECC e ocupação de imóveis funcionais do Senado Federal.

Órgão	Repasse/Provisão concedido	%
CNJ	60.000.000	96,87%
FUB	850.567	1,37%
Senado Federal	568.621	0,92%
CJF	328.630	0,53%
MJSP	133.129	0,21%
STF	14.113	0,03%
MPF	11.256	0,02%
Ministério da Saúde	10.501	0,02%
TSE	9.205	0,01%
TCU	6.336	0,01%
TRT 2ª Região	4.171	0,01%
Ministério da Gestão e Inovação	2.377	0,00%
TOTAL	61.938.907	100,00%

Quadro 59 - Distribuição das Descentralizações do STJ em 2023

Fonte: Consulta extraída do Tesouro Gerencial em 15/01/2024, considerando os destaques concedidos pela UG 050001. Os destaques concedidos pela UG 050002 serão tratados em outro capítulo.

A lista “Transferências concedidas e recebidas” está disponível na área de transparência do **portal do STJ**.

Por outro lado, do total de destaques recebidos de outras unidades da União, o STJ pagou R\$ 886,9 milhões, dos quais 99,4% atenderam ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado (detalhadas no tópico Despesas da União), 0,5% a ressarcimento de despesas com assistência médica e odontológica às servidoras e aos servidores do CJF e 0,1% a outras despesas.

Restos a Pagar

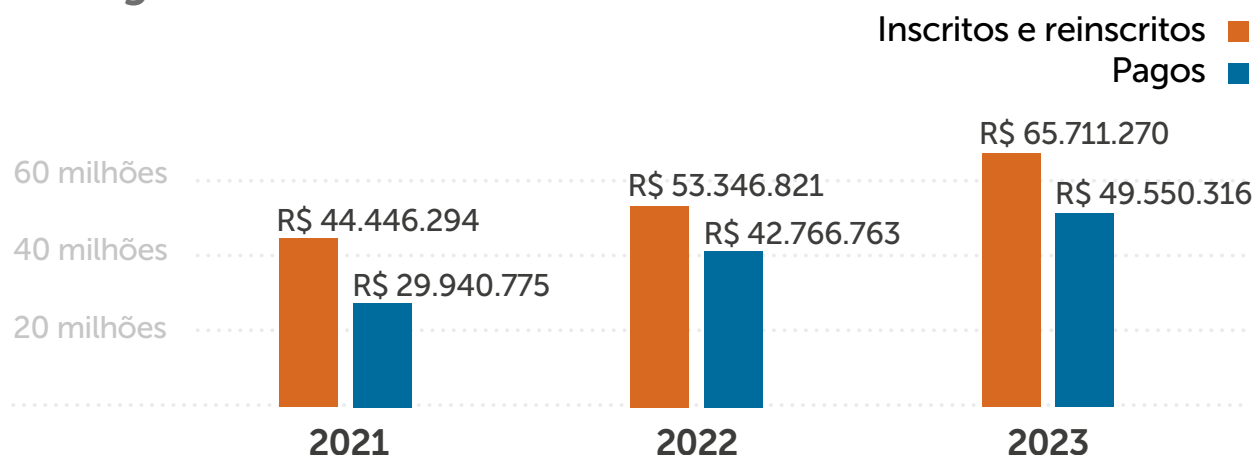
Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.¹

Os montantes inscritos em restos a pagar (RP) referem-se, em sua maior parte, a despesas contratuais, com pessoal ou benefícios.

A evolução dos pagamentos dos RP (inscritos e reinscritos) está apresentada no gráfico a seguir, sendo que a média desses pagamentos no triênio 2021-2023 foi de 74%:

1. De acordo com a Lei 4.320 de 17 de março de 1964, art. 36.

Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos x Pagos de 2021 a 2023



Quadro 60 - Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos x Pagos de 2021 a 2023 | Fonte: Consulta extraída do Tesouro Gerencial em 15/01/2024, considerando a execução orçamentária da Unidade Orçamentária 11101. Os valores inscritos referem-se aos restos a pagar processados e não processados inscritos e reinscritos.

Conforme se observa, houve um aumento na inscrição e reinscrição de RP acompanhado de consequente aumento dos montantes pagos.

O valor total de RP inscrito e reinscrito para 2024 foi R\$ 166.171.201, superior ao exercício de 2023 em 253%. Os dados indicam a retomada de tendência crescente após a queda de inscrições em 2021, decorrente dos impactos da pandemia da covid-19 em 2020. Ademais, o aumento significativo de inscrições para 2024 ocorreu em razão de contratos formalizados ao final do exercício cujos empenhos foram emitidos, em sua maioria, nos meses de novembro e dezembro. As contratações realizadas pelo Tribunal visaram ao fornecimento de equipamentos/material permanente e serviços de tecnologia da informação, cujos objetos encontravam-se pendentes de recebimento definitivo e com prazos de entrega ainda vigentes.

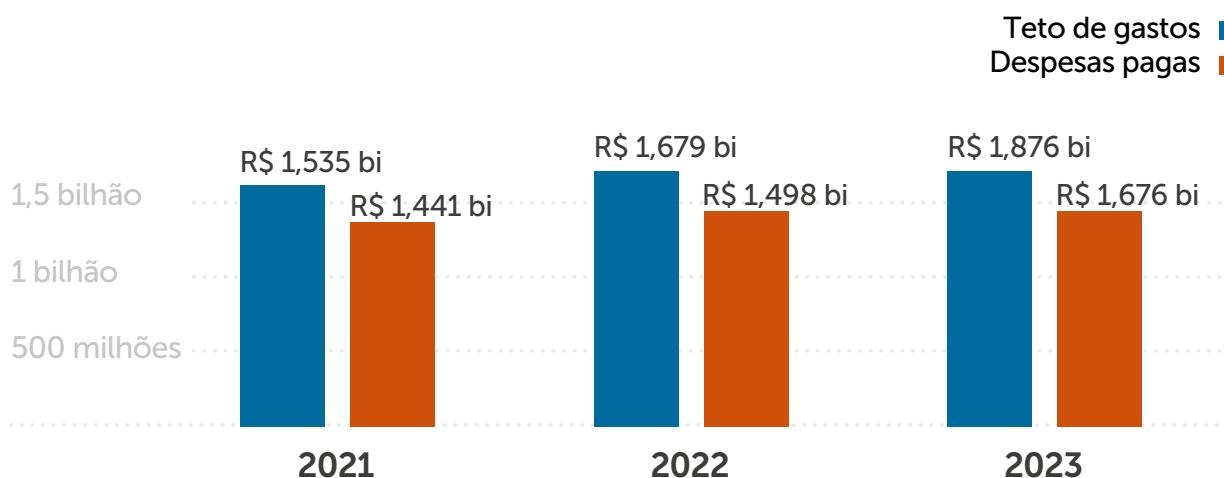
Teto de Gastos

A **Emenda Constitucional n. 95/2016** estabeleceu limites individualizados para as despesas primárias, segregando Poderes e Órgãos, de forma que cada Órgão elencado no art. 107 do ADCT passa a ter um referencial limitador de seus gastos primários para cada exercício.

Na verificação do cumprimento do limite do Superior Tribunal de Justiça, são consideradas as despesas primárias pagas, incluídos os restos a pagar pagos que afetam o resultado primário no exercício.

Conforme pode ser observado no gráfico abaixo, o STJ tem respeitado o teto de gastos nos anos de vigência da EC n. 95/2016, com uma execução média de 90,83%:

Teto de gastos x Despesas Pagas



Quadro 61 - Teto de gastos x Despesas Pagas no STJ de 2021² a 2023³ | Fonte: Tesouro Gerencial em 15/01/2024 e Leis Orçamentárias. As despesas pagas referem-se aos valores pagos incluindo os restos a pagar pagos processados e não processados excluindo-se as despesas financeiras.

Conformidade da gestão orçamentária e financeira

Os atos de gestão orçamentária e financeira praticados pelo STJ, em 2023, guardaram conformidade com as normas legais aplicáveis à matéria.

A gestão orçamentária do Tribunal é realizada, inicialmente, por meio de planejamento orçamentário baseado nas diretrizes e estratégias do órgão e nas demandas das unidades gestoras, seguido de acompanhamento diário e revisões periódicas da programação das despesas obrigatórias e discricionárias, em especial as contratuais, na qual constam os valores programados, projetados e executados, bem como as disponibilidades.

A gestão financeira é realizada por meio do controle dos limites orçamentários e financeiros, pela verificação dos pagamentos e repasses e na elaboração do **Relatório de Gestão Fiscal – RGF**.

Ressalta-se que o Superior Tribunal de Justiça, em 2023 e nos anos anteriores, cumpriu o limite individualizado previsto no art. 107 do ADCT.

2. Em 2021, o STJ remanejou ao CNJ o montante de R\$ 15.000.000 do seu limite de gastos, conforme, Portaria conjunta CNJ/STJ nº 8, de 11/10/2021, e da Lei nº 14.270, de 23/12/2021.

3. Com a alteração do período de apuração do IPCA para atualização do limite de gastos disposto no art. 2º da Emenda Constitucional (EC) n. 113, o teto de 2022 do STJ passou a ser de R\$ 1.750.237.341. Entretanto, a EC n. 114, art. 3º, §6º destinou o aumento do limite em 2022 ao atendimento das despesas de ampliação de programas sociais de combate à pobreza e à extrema pobreza. Assim, foi disponibilizado ao STJ a dotação primária total de R\$ 1.679.579.325.

Análise do desempenho atual e tendências

Diante de todo o exposto, conclui-se que a gestão orçamentária e financeira do STJ obteve o desempenho esperado em 2023. O Tribunal tem conseguido cumprir com excelência sua missão constitucional, entregando à sociedade um número maior de julgados a cada ano, com base em recursos humanos cada vez mais capacitados e munidos de soluções tecnológicas mais inovadoras e seguras.

Ao final do ano, verificou-se o pleno funcionamento das atividades do Tribunal com uma economia de R\$ 121.206.606,00 aos cofres públicos.

Entre as ações e desafios demonstrados no **Relatório de Gestão de 2022**, foram executadas as seguintes ações, que resultaram em maior eficiência e transparência na gestão orçamentária e financeira:

- adequação dos processos de trabalho e normativos para integração dos planos operacionais, táticos e estratégicos ao planejamento e à programação orçamentária e financeira; e
- construção de relatórios interativos por meio de ferramentas de *Business Intelligence* para disponibilização de dados orçamentários de forma tempestiva, confiável e inteligível.

Para os próximos exercícios, há tendência de ampliação, além do crescimento vegetativo, na execução das despesas obrigatórias. Esse crescimento decorre da aprovação do reajuste de remuneração das carreiras dos servidores do Poder Judiciário (**Lei n. 14.523, de 9 de janeiro de 2023**) e dos subsídios dos ministros (**Lei n. 14.520, de 9 de janeiro de 2023**), escalonado entre 2023 e 2025, bem como, do auxílio-alimentação e da assistência pré-escolar (**Portaria Conjunta n. 1, de 1º de fevereiro de 2023**, e **Portaria Conjunta n. 1, de 26 de janeiro de 2024**).

Entre os principais desafios envolvendo orçamento, está a integração das informações dos planos operacionais, táticos e estratégicos, do planejamento e da execução orçamentária em sistema informatizado customizado ao STJ, bem como o desenvolvimento e implantação de solução tecnológica para expedição, processamento e pagamento dos precatórios e RPV no âmbito do Tribunal.

Para os próximos anos, esta Corte buscará a implementação de sistema informatizado de gestão orçamentária e financeira em parceria com outros órgãos da Administração Pública.

Despesas da União

Gestão de Precatórios

Precatórios são obrigações de pagamento que o poder público possui com pessoas físicas ou jurídicas decorrentes de condenação judicial definitiva. Já a Requisição de Pequeno Valor – RPV consiste na obrigação de pagamento de valores até 60 salários mínimos para causas federais, com tramitação mais simplificada para execução.

A partir da promulgação da **Emenda Constitucional n. 114, de 16 de dezembro de 2021**, que introduziu o art. 107-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, foi estabelecido um limite na proposta orçamentária para pagamentos em virtude de sentença judiciária de que trata o art. 100 da Constituição Federal. Para 2023, o limite destinado ao STJ para o pagamento de precatórios foi de R\$ 328.021.867 (sem considerar a atualização monetária).

Na proposta orçamentária de 2023, foi indicado um montante de R\$ 146.035.766,86 para pagamento dos precatórios de natureza alimentar e comum atualizados até 2 de abril de 2022, no âmbito dos processos da competência originária do Superior Tribunal de Justiça. Além disso, havia o montante de R\$ 420.606.007,05 relativo aos precatórios expedidos até 1º de julho de 2021 e inscritos para pagamento em 2022, mas que não foram pagos por não se enquadrarem no limite de alocação de recursos orçamentários de que trata o § 1º do art. 107-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Desse modo, o Superior Tribunal de Justiça recebeu R\$ 401.167.324,00 (valor corrigido monetariamente) para o pagamento de precatórios, incluindo os pendentes de pagamento de anos anteriores, além de cerca de R\$ 40 milhões para o pagamento de encargos financeiros. Do montante disponibilizado em 2023, foi pago o total de R\$ 400.443.680,00, ou seja, 99,8% do valor autorizado, e foi reinscrito em restos a pagar processados o valor de R\$ 80.610.919,00. O valor pago em 2023 atendeu a 2.189 débitos judiciais de natureza alimentícia e comum, representando um aumento de 18,1% em relação ao quantitativo de 1.854 precatórios pagos em 2022.

Com relação às RPVs, do montante disponibilizado em 2023, de R\$ 104.663.089,00, foi pago R\$ 93.820.963,00, o equivalente a 89,6% do valor autorizado. Esse recurso atendeu a 2.271 RPVs em sua totalidade, representando um aumento de 2,6% na comparação com o quantitativo de 2.213 RPVs pagos em 2022.

Natureza	2022				2023			
	RPV		Precatórios		RPV		Precatórios	
	Qtd.	Valor (R\$)	Qtd.	Valor (R\$)	Qtd.	Valor (R\$)	Qtd.	Valor (R\$)
Alimentícia	2.209	R\$ 97.454.693	1.853	R\$ 433.277.109	2.226	R\$ 92.455.196	2.074	R\$ 681.245.870
Comum	4	R\$ 103.831	1	R\$ 224.139	45	R\$ 1.365.767	115	R\$ 99.235.871
Total	2.213	R\$ 97.558.524	1.854	R\$ 433.501.248	2.271	R\$ 93.820.963	2.189	R\$ 780.481.742

Quadro 62 - Execução de Precatórios e RPV no Superior Tribunal de Justiça em 2022 e 2023 / Fonte: Tesouro Gerencial e SPROF

Em virtude da decisão judicial exarada pelo Supremo Tribunal Federal por ocasião do julgamento de mérito das Ações Diretas de Inconstitucionalidade n. 7047 e n. 4064, que declarou inconstitucional o regime de precatórios instituído pelas Emendas Constitucionais n. 113 e n. 114, foi aberto crédito extraordinário para o pagamento dos precatórios expedidos para os exercícios de 2022 e 2023 os quais não foram pagos em razão do limite e os precatórios expedidos para 2024 que superassem o valor previsto no PLOA 2024. Assim, ao final do exercício, o Superior Tribunal de Justiça recebeu um montante de R\$ 380.547.971,00 para o pagamento dos precatórios que excederam o limite, bem como o total de R\$ 3.670.862,00 para o pagamento das despesas de contribuição patronal.

Nesse sentido, não resta estoque de precatórios pendentes de pagamento de 2023 e anos anteriores relacionados aos limites de pagamento instituídos pelas EC n. 113 e n. 114. Estão previstos para pagamento, em 2024, os precatórios expedidos entre 3/4/2022 a 2/4/2023, já indicados na LOA 2024, no montante de R\$ 125.310.092,00.

Gestão de Custos

Atualmente, a gestão do projeto estratégico “Aprimoramento do Sistema de Informação de Custos (SIC- STJ)” está por conta da Assessoria de Conformidade e Integridade Digital – ACD. Como houve mudança nos critérios de aferição, foi necessária a revisão e a atualização da norma de custos e, neste momento, está aguardando aprovação da Administração do STJ.

De acordo com a proposta de alteração do normativo interno que regulamenta os sistemas de informação de custos no âmbito do STJ, os objetos de custos do Tribunal compreenderão os processos de trabalho da cadeia de valor, os produtos das unidades e o processo julgado. O sistema será desenvolvido gradualmente, considerando a qualidade das informações constantes nos bancos de dados e os recursos disponíveis.

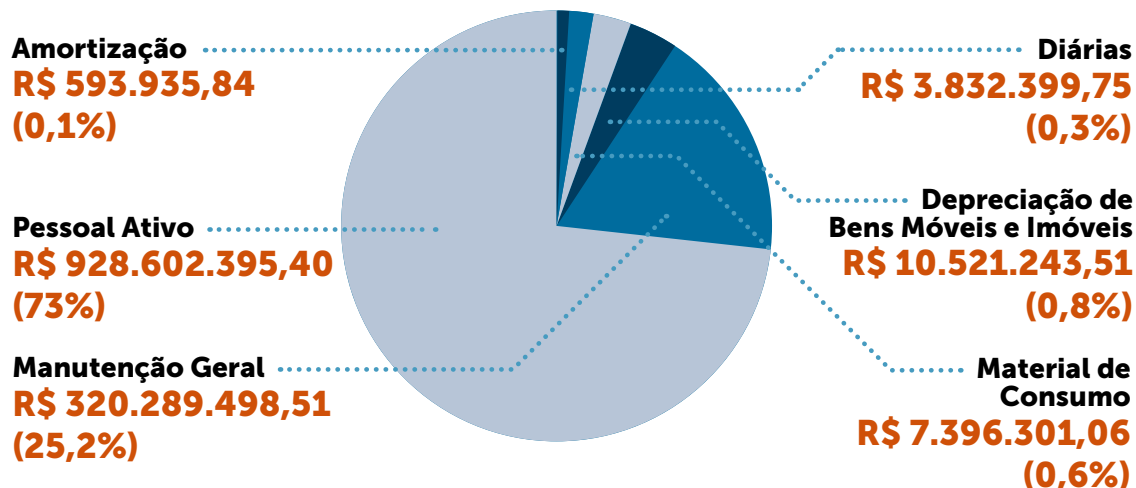
Atualmente, a equipe gestora encontra-se estruturando a informação de custos do órgão. Entre as entregas realizadas:

- desenvolvimento de aplicativo para registro da área útil ocupada pelas diversas unidades do Tribunal, o que permitirá o rateio de custos indiretos, cujo critério seja a área ocupada pela unidade;
- desenvolvimento de painel BI de custos de pessoal por unidade administrativa que se encontra aguardando a análise e validação do Comitê Gestor de Riscos, Continuidade e Custos.

É importante que se tenha a definição de custo, bem como despesa orçamentária. **Custo** representa, em termos financeiros, o consumo de recursos na produção de bens e serviços. Nesse sentido, diferencia-se da **execução orçamentária da despesa**, pois nem toda despesa realizada resulta em serviço ou produto entregue à sociedade. Como exemplos de despesas que **não** representam custos, tem-se: o pagamento de pessoal inativo, a aquisição de material de expediente e a aquisição de material permanente.

Embora o STJ não tenha a informação de custos para os objetos de custos pretendidos, é possível, mediante informações obtidas no Tesouro Gerencial¹, levantar o custo aproximado da prestação jurisdicional (atividade fim e de apoio) em 2023, no montante de R\$ 1.271.235.774,13²:

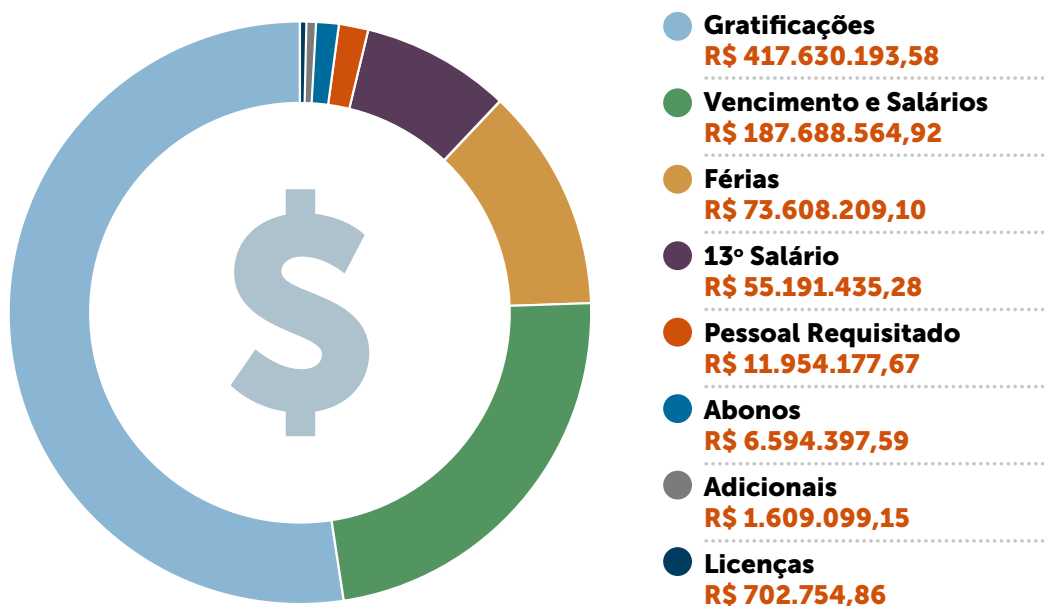
Custo da Prestação Jurisdicional



Quadro 63 - Custo total da Prestação Jurisdicional

O custo de pessoal é o item de maior peso na formação de custos da prestação jurisdicional, cerca de 73% do custo total, e sua composição está representada no gráfico a seguir.

Composição dos Custos de Pessoal



Quadro 64 - Composição custos de pessoal | Fonte: Tesouro Gerencial

1. Valores referentes às variações diminutivas que representam custos tais como: pessoal ativo, encargos sociais, benefícios obrigatórios aos servidores, auxílio moradia, auxílio transporte, auxílio alimentação, despesas com água e esgoto, energia elétrica, consumo de materiais, serviços terceirizados (segurança, limpeza e conservação, apoio administrativo) diárias, transporte.

2. Inclui os custos com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM.

Embora o Tribunal ainda não possua condições de realizar a separação dos custos entre atividade finalística e atividade de apoio, os custos obtidos permitiram ao STJ realizar as seguintes entregas para a sociedade:



Quadro 65 - Algumas entregas do STJ à sociedade

Demonstrações contábeis

Os balanços contábeis e as notas explicativas estão disponíveis no portal da **Transparência e prestação de contas** do STJ, onde se tem acesso às principais metodologias, práticas e critérios contábeis adotados pelo STJ. Com isso, pretende-se dar maior publicidade à sociedade, aos órgãos de controle e demais interessados no tema.



Quadro 66 - Capa das demonstrações contábeis

3. Fonte: **Painel de Estatística Processual STJ**

4. A Comissão de Jurisprudência aprovou 7 enunciados em reunião realizada em 15/8/2023; 3 enunciados na reunião de 24/10/2023. A 1ª Seção aprovou 3 novos enunciados e a 3ª Seção aprovou 6 enunciados, todos publicados no Diário da Justiça. Fonte: Relatório de atividades SEI n. 3864079

5. Fonte: **Painel Relatório Sucinto STJ**

6. Fonte: **Painel Relatório Sucinto STJ**

7. Execução de precatórios: (doc. SEI 3920458 - contas abertas para cumprimento das requisições de pagamento - precatórios e RPV's)

Gestão de pessoas

Estrutura de pessoal

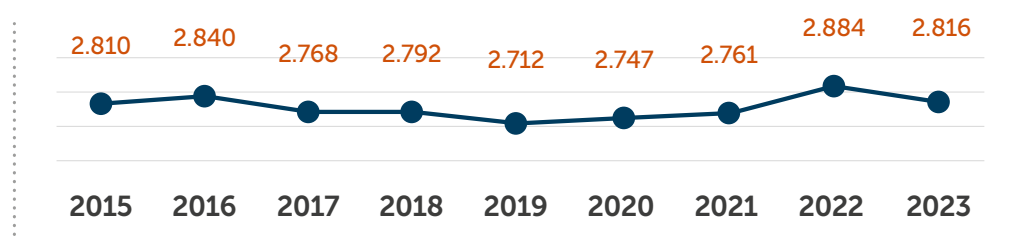
A força de trabalho do Superior Tribunal de Justiça compõe-se de servidoras e de servidores ocupantes de cargos efetivos e sem vínculo com a Administração Pública. Entre os cargos efetivos, há integrantes de poder e agentes políticos, servidoras e servidores de carreira e em exercício provisório no STJ, cedidas e cedidos de outros órgãos para o STJ.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	2955	3096	155	187
1.1. Membros de poder e agentes políticos	33	79	21	17
1.2. Servidores de carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3)	2922	3017	134	170
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2922	2816	105	133
1.2.2. Servidores de carreira em exercício provisório	não há	4	1	2
1.2.3. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	não há	197	28	35
2. Servidores sem vínculo com a Administração Pública	não há	109	34	14
3. Total de servidores (1+2)	2955	3205	189	201

Quadro 67 - Força de Trabalho do STJ – Situação apurada em 31/12/2023

O ingresso no quadro permanente do STJ ocorre mediante prévia aprovação em concurso público, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal e do art. 10 da Lei n. 8.112/1990.

Evolução histórica do corpo funcional



Quadro 68 - Evolução histórica de servidores do STJ

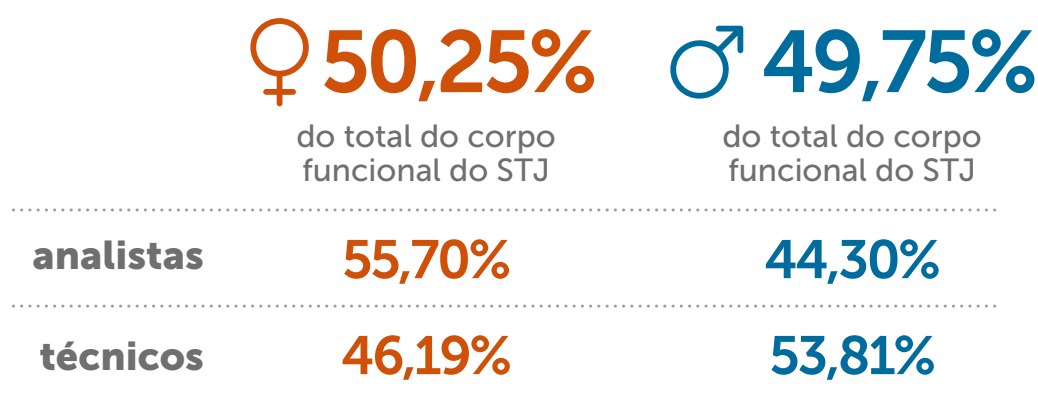
Observa-se que, na evolução histórica, houve, em alguns anos, uma redução no número de servidoras e de servidores ativos no Tribunal, o que decorreu de restrições orçamentárias para provimento de cargos e de diretriz de algumas gestões de reduzir o número de provimentos de cargos efetivos. Porém, a partir de 2020, considerando a mudança de gestão e a diretriz de prover cargos vagos, ocorreu

o ingresso de 67 novos integrantes no corpo funcional. Em 2021, ingressaram 54, e, em 2022, mais 155. Em 2023, houve o ingresso de 96 pessoas para o quadro funcional, observando-se o limite previsto no Anexo V da Lei Orçamentária Anual – LOA (**Lei n. 14.144, de 22 de abril de 2021**).

Informa-se ainda que, neste último exercício, 124 pessoas se desvincularam do Tribunal, seja por aposentadoria, falecimento, posse em outro cargo inacumulável ou exoneração.

Quanto à distribuição da força de trabalho, 61,79% do quadro funcional do STJ realiza atividades finalísticas (diretamente relacionada ao processo judicial) e 38,21% realizam atividades de suporte técnico-administrativo (área meio). Isso demonstra que a maior parte do corpo funcional está alocada nas unidades que têm por atribuição realizar atividades que contribuem diretamente para o cumprimento da missão institucional, a razão de ser do STJ.

Em relação à igualdade de gênero quanto à força de trabalho, pela primeira vez o percentual de mulheres superou o de homens. Além disso, o percentual de mulheres ocupantes de cargo de nível superior (analista) continua maior que o de homens.



Quadro 69 - Quantitativo de servidores por gênero (Situação em 31 de dezembro de 2023)

A mão de obra do Tribunal pode ser considerada jovem, uma vez que apenas 36,19% estão acima dos 50 anos. A maioria se concentra na faixa de 41 a 60 anos.

Tipo de servidor	Faixa Etária					Total Geral
	Até 30 anos	de 31 a 40	de 41 a 50	de 51 a 60	Acima de 60	
Membros de poder e agentes políticos	9	8	24	23	3	79
Servidores de carreira vinculada ao órgão	119	741	962	918	106	2816
Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	2	2	0	4
Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	50	86	48	11	197
Sem vínculo efetivo	21	39	20	18	11	109
Total Geral	113	838	1094	1009	151	3205

Quadro 70 - Quantitativo de servidores por faixa etária em 31/12/2023

Fonte: Sistema de Administração e Recursos Humanos – SARH

Ademais, das vagas destinadas a cada cargo/área de atividade/especialidade/ramo e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, 5% são reservadas aos deficientes nos termos do § 2º do art. 5º da **Lei n. 8.112, de 1990**, e alterações e do **Decreto n. 3.298/1999** e alterações e da **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Atualmente, 3,34% do corpo funcional são pessoas com deficiência.

Tipo de deficiência					
Auditiva	Física	Mental	Visual	Não Portador de Deficiência	Total
3	46	4	43	3098	3205

Quadro 71 - Quantitativo de servidores por tipo de deficiência (Situação em 31/12/2023)

Estratégia de alocação de pessoas

Quanto à alocação de pessoas no Tribunal, diversos parâmetros são utilizados para auxiliar a distribuição: a origem do cargo vago, diretrizes definidas pela alta administração, perfil da servidora ou servidor (identificado mediante currículo e entrevista), bem como as demandas e a carência das unidades. Após essa análise, as pessoas são lotadas nas diversas áreas do Tribunal, a fim de repor a força de trabalho necessária para o bom funcionamento das atividades.

Dimensionamento da Força de Trabalho

Dimensionamento da Força de Trabalho – DFT é um processo de gestão que envolve a previsão de pessoal sob aspectos qualitativos e quantitativos, com vistas ao atendimento das necessidades da organização. Nesse sentido, auxilia a gestora e o gestor no planejamento de ações de treinamento, distribuição de tarefas e, ainda, visa a atender com mais eficiência às demandas estratégicas do órgão.

Há alguns anos, no STJ, o tema vem sendo estudado pela unidade de gestão de pessoas. Atento ao cenário atual do serviço público, em que há constante contenção de despesas e da consequente diminuição de seu quadro de pessoal, o Tribunal constatou



que é imprescindível a construção de uma ferramenta de dimensionamento da força de trabalho para subsidiar os processos decisórios sobre alocação de seu pessoal.

Está em andamento a iniciativa estratégica **Dimensionamento da Força de Trabalho – DFT**, com o intuito de ser uma importante ferramenta de planejamento e desenvolvimento de gestão de pessoas nas organizações.

Pretende-se implementar o DFT em dezoito macrounidades do Tribunal até agosto de 2024. Assim, a expectativa é que haja dados mais robustos no próximo exercício para uma melhor avaliação de resultados. Em 2023, implementou-se o DFT em oito unidades.

Capacitação e desenvolvimento de pessoas

O STJ, ao longo dos anos, tem investido bastante na capacitação do seu corpo técnico. Esse investimento reflete na habilidade e competência para responder às demandas de inovação impostas à Corte Superior, impactando nos resultados de julgados. Nesse sentido, anualmente, é executado o Plano Anual de Ações de Educação Corporativa – PAC, voltado a aprimorar e valorizar os servidores do STJ.

Dessa forma, o Superior Tribunal de Justiça manteve os níveis de aperfeiçoamento e qualificação do seu quadro funcional.

Ações de capacitação no STJ em 2023 e seus resultados:



Quadro 72 - Ações de capacitação em 2023

Detalhamento da despesa de pessoal

Neste tópico, serão detalhados os valores das despesas com pessoal no último triênio, com as respectivas análises para as variações.

ATIVOS					
		1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
2021	Valor	R\$ 215.534.859,50	R\$ 197.594.404,37	R\$ 197.047.132,48	R\$ 251.851.536,88
	Quantidade	3.204	3.247	3.344	3.234
2022	Valor	R\$ 217.609.867,39	R\$ 199.220.723,48	R\$ 201.663.174,93	R\$ 256.024.966,84
	Quantidade	3.202	3.212	3.419	3.379
2023	Valor	R\$ 230.570.608,75	R\$ 213.805.901,31	R\$ 211.687.759,08	R\$ 272.680.250,61
	Quantidade	3.384	3.334	3.364	3.387

Quadro 73 - Despesas com remuneração de servidores ativos
Fonte: Sistema de Administração e Recursos Humanos – SARH

No referido triênio, a quantidade de servidoras ativas e de servidores ativos aumentou 4,73%, enquanto a despesa total subiu 8,27%. Essa elevação de gastos com pessoal ocorreu em função das progressões e promoções na carreira do corpo funcional. Além disso, houve 153 nomeações, bem como o pagamento da primeira parcela do reajuste concedido pela **Lei n. 14.523/2023**, que foi de 6% sobre o vencimento, funções e cargos comissionados.

INATIVOS					
		1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
2021	Valor	R\$ 93.252.687,33	R\$ 79.378.174,10	R\$ 79.128.193,17	R\$ 92.865.740,87
	Quantidade	1.176	1.170	1.168	1.168
2022	Valor	R\$ 92.556.333,32	R\$ 78.968.720,43	R\$ 78.956.995,92	R\$ 93.095.001,08
	Quantidade	1.175	1.177	1.177	1.185
2023	Valor	R\$ 95.627.203,91	R\$ 85.324.042,26	R\$ 85.982.149,22	R\$ 100.948.250,76
	Quantidade	1.196	1.204	1.225	1.232

Quadro 74 - Despesas com remuneração de servidores inativos
Fonte: Sistema de Administração e Recursos Humanos – SARH

Em relação ao período, em decorrência da pandemia da covid-19 e das alterações na **EC n. 103/2019**, o número de servidoras inativas e de servidores inativos aumentou 5,48%, ocasionando acréscimo de cerca de 8,70% nas despesas com inativos, inferior ao reajuste de 17,1% ocorrido no Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

PENSIONISTAS					
		1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
2021	Valor	R\$ 17.437.509,94	R\$ 15.179.657,85	R\$ 15.057.089,49	R\$ 20.025.701,91
	Quantidade	343	345	352	350
2022	Valor	R\$ 17.869.834,10	R\$ 15.309.205,67	R\$ 15.215.314,47	R\$ 18.155.007,92
	Quantidade	351	350	352	353
2023	Valor	R\$ 18.469.553,33	R\$ 16.590.406,99	R\$ 16.349.221,31	R\$ 19.251.139,95
	Quantidade	362	363	367	367

Quadro 75 - Despesas com remuneração de servidores pensionistas
Fonte: Sistema de Administração e Recursos Humanos – SARH

Em relação a pensionistas, nesse triênio, a despesa total teve uma redução de 3,87% e o número de benefícios de pensão administrados pelo STJ teve acréscimo de 4,86%.

RESSARCIMENTO DE SERVIDORES					
		1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
2021	Valor	R\$ 1.894.246,15	R\$ 1.996.480,19	R\$ 1.972.917,19	R\$ 2.206.052,25
	Quantidade	47	46	45	44
2022	Valor	R\$ 2.220.713,75	R\$ 2.376.936,95	R\$ 2.959.915,72	R\$ 2.450.669,17
	Quantidade	57	57	57	57
2023	Valor	R\$ 3.180.81,62	R\$ 3.359.981,35	R\$ 3.336.274,12	R\$ 2.784.638,27
	Quantidade	60	59	60	53

Quadro 76 - Despesas com ressarcimento de servidores
Fonte: CPAG/Sistema Ressorce

A quantidade de servidoras e servidores requisitados de outros órgãos registrou um aumento de 18,75%, provocando um acréscimo de 2,96% nas despesas totais.

Por fim, as principais ocorrências no período são as indicadas abaixo por ordem cronológica:

DATA	MOTIVO DA ATUALIZAÇÃO	PÚBLICO ALVO
jan/21	Aumento de 5,45% nas aposentadorias e pensões atreladas ao reajuste do RGPS (Portaria SEPRT/ME n. 477, de 13/1/2021)	Inativos e pensionistas
jan/22	Aumento de 10,16% nas aposentadorias e pensões atreladas ao reajuste do RGPS (Portaria Interministerial MTP/ME n. 12, de 20/1/2022)	Inativos e pensionistas
jan/23	Aumento de 5,93% nas aposentadorias e pensões atreladas ao reajuste do RGPS (Portaria Interministerial MTP/ME n. 26, de 10/1/2023)	Inativos e pensionistas
fev/23	Aumento de 6% sobre o vencimento, funções e cargos comissionados (1ª parcela da Lei n. 14.523, de 9/1/2023)	Ativos, inativos e pensionistas
abr/23	Aumento de 6% sobre o subsídio e o teto constitucional (1ª parcela da Lei n. 14.520, de 9/1/2023)	Ministras e Ministros

Quadro 77 - Justificativas para reajustes por categoria
Fonte: Coordenadoria de Pagamento

Programa de Estágio Remunerado

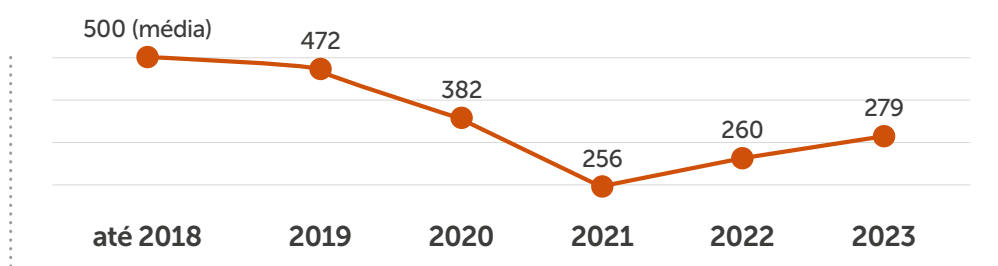
O Programa de Estágio Remunerado do Superior Tribunal de Justiça é regulamentado pela **Instrução Normativa STJ/GP n. 6 de 1º de março de 2019**.

Para que uma unidade administrativa esteja apta a receber uma estagiária ou estagiário, é necessário que ofereça condições para a obtenção de experiências práticas por intermédio de atividades que guardem correlação com o nível educacional e, tratando-se de estudante de nível superior, com a área de formação acadêmica, a fim de contribuir para o desenvolvimento social, educacional e profissional do educando.

O estágio nesta Corte é vedado à pessoa que tenha vínculo profissional ou de estágio com advogado ou sociedade de advogados; ocupe cargo, emprego ou função pública; seja militar ou titular de mandato eletivo federal, estadual ou municipal; e a que for estagiária em outra instituição pública ou privada cuja carga horária diária, quando somada à do STJ, exceda a seis horas diárias. O STJ observa o previsto no **Enunciado Administrativo CNJ n. 7**, de 19/6/2008, o qual proíbe a contratação de estagiária ou estagiário em situações que configurem nepotismo.

O ingresso de estagiárias e estagiários no STJ se dá por meio de processo seletivo precedido de convocação por edital público e é realizado pelo Centro de Integração Empresa Escola, conforme previsto no Contrato STJ n. 085/2019, instrumento que rege as relações contratuais entre este Tribunal e o referido agente de integração. O total de bolsas de estágio previsto no contrato é de 750.

Média de bolsas de estágio ocupadas por ano



Quadro 78 - Histórico de bolsas de estágio

Além da diminuição das taxas de transmissão da covid-19, alguns fatores impactaram o programa, tornando-o mais atrativo para estudantes e garantindo sua maior permanência no Tribunal: reajuste nos valores da bolsa-auxílio (igualando ao praticado por outros órgãos); incentivo à participação e à inclusão de estudantes em cursos de capacitação ofertados pelo STJ e por outras instituições (Plano de Desenvolvimento de Habilidades – PDH); o incremento das atividades de integração das estagiárias e dos

estagiários com seus respectivos supervisores durante a Semana das Estagiárias e dos Estagiários e Encontro com Supervisoras e Supervisores.

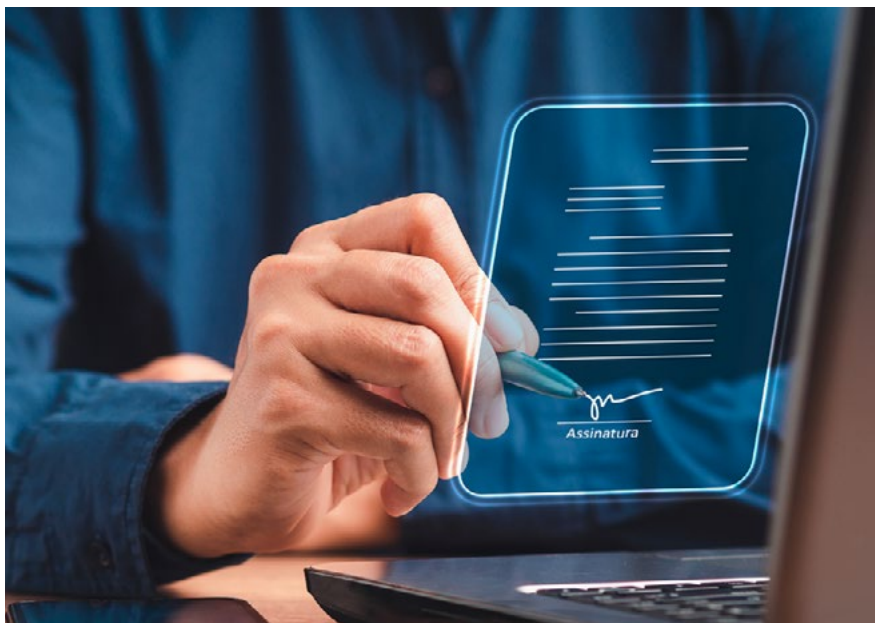
Em termos de custos, em 2023, houve um incremento de 40% nas despesas com estágio, comparando-se a 2022. Saiu-se de R\$ 3.445.131,55 para R\$ 4.826.942,98.

Contratação de Pessoal de Apoio

As informações sobre as contratações de mão de obra terceirizada alocada nesta Corte encontram-se disponibilizadas no portal da **Transparência e prestação de contas**, no sítio do Tribunal na internet.

Licitações e contratos

As informações sobre o tema licitações e contratos estão disponíveis no portal da **Transparência e prestação de contas** do STJ.



Quadro 79 - Licitações e Contratos

Patrimônio e obras

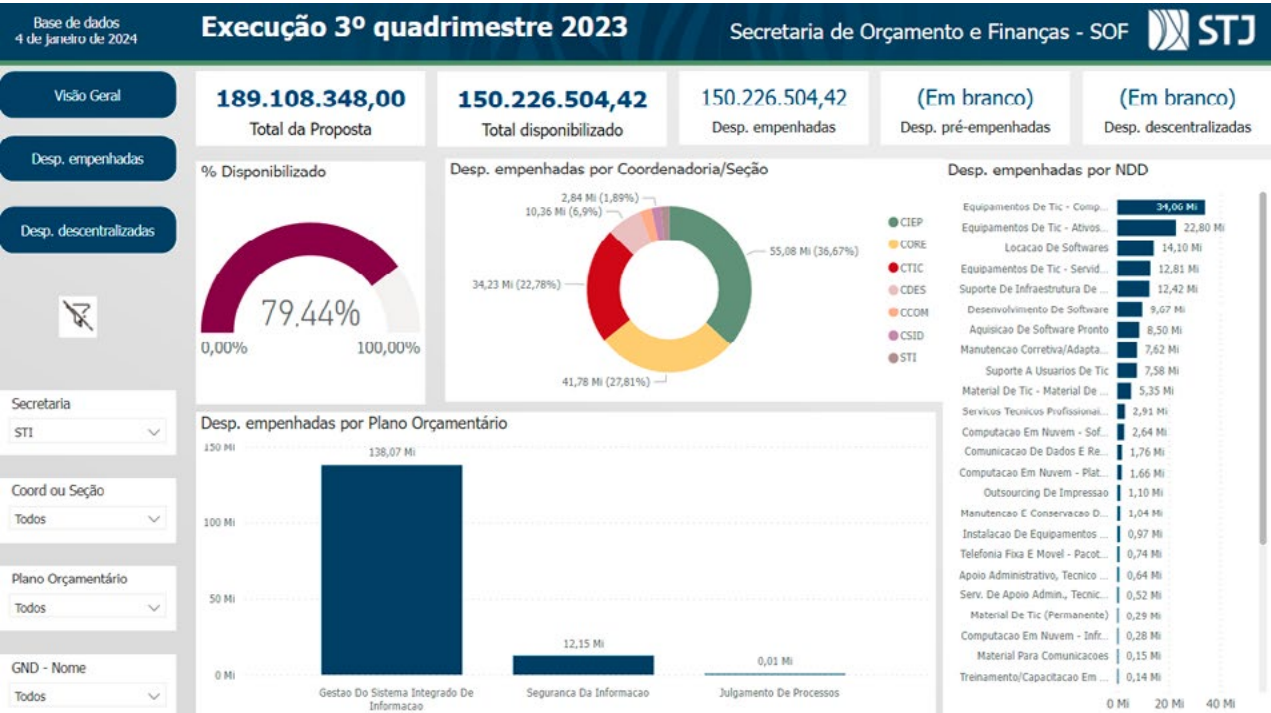
As informações sobre o tema patrimônio e obras estão disponíveis no portal da **Transparência e prestação de contas** do STJ.



Quadro 80 - Patrimônio e Obras no STJ

Gestão de tecnologia da informação

A estratégia em Tecnologia da Informação e Comunicação contribui diretamente com o desempenho e execução do **Plano Estratégico STJ 2021-2026**, por meio das ações definidas no **PDTIC 2023-2024**. É importante frisar que o assunto também foi tratado no item Planejamento Estratégico deste relatório. Aqui, verificar-se-á como ficou a aplicação de recursos do orçamento do Tribunal, especificamente em TI.



Quadro 81 - Execução orçamentária de TI em 2023

Entre as contratações mais relevantes de TI estão:

PROCESSO	ITEM PCAQ	DESCRIÇÃO RESUMIDA DO OBJETO	EMPRESA(S)	VALOR ESTIMADO / CONTRATADO
000560/2022	STI2022-002, STI2022-033, STI2023-001	(CORE) Computadores, Monitores e Notebook Estações: 032095/2023 2 Estações: 041867/2023 Notebook: 041118/2023	Lenovo, Dell	45.774.534,61
043516/2022	STI2023-002 020 028 085	(CIEP) Switches de Acesso e Distribuição e Gbics - 021245/2022, 043582/2022 e 007264/2022 - CISCO Ciscão	WISEIT	32.269.584,40
010767/2023	STI2024-014	STI - Aquisição do serviço de banco de dados Oracle Exadata	Oracle	20.030.551,57

continua...

...continuação

PROCESSO	ITEM PCAQ	DESCRIÇÃO RESUMIDA DO OBJETO	EMPRESA(S)	VALOR ESTIMADO / CONTRATADO
016593/2022	2023-005	Contratação Help Desk 2023 - Terceirização CORE	G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA	16.291.202,20
001665/2023	STI2023-122	STI - Aquisição de solução de appliance para backup curta retenção	PROTECT4 SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	13.540.040,00
022086/2022	STI2023-008 STI2023-012	Contratação de serviços especializados do SOC, Expansão dos serviços especializados do SOC	ISH TECNOLOGIA S.A.	11.356.953,55
003053/2023	STI2023-125	Serviço de atualização e suporte de software de backup Netbackup (TB)	PROTECT4 SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	7.950.711,00
043519/2022	STI2023-007	Aquisição de solução de FW	NCT INFORMÁTICA LTDA	7.379.500,00
022595/2021	STI2021-001	(CIEP) NOC	CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.	6.570.048,87

Quadro 82 - Contratações mais relevantes de TI

Interessante mostrar, ainda, a relação das contribuições de TI com a Cadeia de Valor do STJ em 2023.

CADEIA DE VALOR	PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) NA ÁREA DE TI	PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)
Autuação, triagem e distribuição	Aplicação de IA na extração de dados das peças processuais Evolução do Justiça Web	Maior agilidade e qualidade na autuação e classificação de processos Uniformização de sistema, evita o uso concomitante de dois sistemas na mesma secretaria
Procedimentos cartorários	Novas ações e condições no Regras Automáticas – Automações da SPF Integração DJN e editais	Agilidade e eficiência nos processos de trabalho da Secretaria de Processamento de Feitos. Permite a publicação de editais no DJN
Análise e elaboração de decisão	Novas regras automáticas para gabinetes	Permitir a criação de condições e ações automáticas dentro dos gabinetes.
Prestação jurisdicional (todos)	Migração para o banco Oracle	Justiça preparado para funcionar no novo banco de dados

continua...

...continuação

CADEIA DE VALOR	PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) NA ÁREA DE TI	PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)
Prestação jurisdicional	Melhorias no Aplicativo Jurisprudência em Teses	Necessidade de melhorias para facilitar a utilização do sistema no processo de trabalho.
Julgamento	Automação de julgamentos – web	Migração do PAJ para web
Gestão de TIC	Centralização de Login	Centralização de serviço de Login
Gestão administrativa (Gabinetes)	Apoio a melhorias no painel de dados de gabinete	Criação de tabelas no BI para exploração de dados pelos painéis da CDAD/AGE com controle de acesso.
Gestão administrativa	Sistema Administra Web	Evoluções e novas funcionalidades - assinatura eletrônica, planejamento de material permanente, lançamento e disponibilização das sanções administrativas aplicadas pelo STJ no portal da transparência. Integração com o
Gestão de pessoas	Sistema eSocial STJ	Evolução das regras para envio de dados para o e-social, implantação de novos eventos

Quadro 83 - Contribuições de TI com a Cadeia de Valor do STJ em 2023

Para mais informações sobre a Governança de TIC no STJ, acesse o portal da **Transparência e prestação de contas**.

Sustentabilidade

O tema é mensurado por meio do **Plano de Logística Sustentável do STJ – PLS/STJ**, que é um instrumento de gestão administrativa e da Política de Governança de Contratações, cujo principal objetivo é “desenvolver a eficiência, a transparência e os processos de trabalho, bem como possibilitar decisões de gestão mais precisas e responsivas”.

Atualmente, a ferramenta monitora dados e cumprimento de metas para vinte temas e é atualizada anualmente, por meio de relatórios de desempenho publicados no portal da **Transparência e prestação de contas** do STJ. O plano conta com uma Comissão Gestora (**Portaria STJ/GDG n. 218 de 09 de março de 2023**).

O PLS/STJ é considerado um auxiliar ao **Plano Estratégico STJ 2021-2026**, seguindo a mesma periodicidade dos ciclos estratégicos, e seus resultados são acompanhados por meio do indicador estratégico “Aderência às metas do PLS/STJ”.

Destaca-se que o desempenho do Tribunal quanto à sustentabilidade também compõe o Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS) e o Prêmio CNJ de Qualidade, ambos monitorados pelo Conselho Nacional de Justiça.

Tema	Indicador	Meta 2021 a 2026	Meta 2023	Resultado 2023	Meta alcançada	Projeto relacionado
Copos descartáveis	sacos de 100 unidades	Reduzir 90%	101	328	não	STJ menos Plástico
Papel	resmas	Reduzir 50%	5.819	5.389	sim	Ilhas de impressão
Água envasada 500ml	unidades	Reduzir 25%	17.184	41.952	não	STJ menos Plástico
Impressão	impressões / equipamento	Aumentar 28%	8.666	5.948	não	Ilhas de impressão
Impressão	Impressões / usuário	Reduzir 16%	1.092	697	sim	Ilhas de impressão
Telefonia Móvel	custo / linha	Reduzir 2,5%	2.536,16	2.464,16	sim	
Telefonia Fixa	custo / linha	Reduzir 10%	28,76	2,94	sim	
Energia elétrica	consumo / m ²	Reduzir 2,5%	64,11	56,56	sim	Usina Fotovoltaica
Água e esgoto	consumo / m ²	Reduzir 2,5%	0,48	0,40	sim	

continua...

...continuação

Tema	Indicador	Meta 2021 a 2026	Meta 2023	Resultado 2023	Meta alcançada	Projeto relacionado
Limpeza	custo / m ²	Manter	71,99	41,69	sim	
Limpeza	custo dos materiais	Manter	528.820,41	1.079.256,66	não	
Veículos	Quantidade de veículos	Reduzir 15%	142	147	não	Mova STJ
Veículos (manutenção)	Custo de manutenção / veículo	Reduzir 10%	4.962,93	8.238,60	não	Mova STJ
Veículos (motoristas)	Custo de motorista / veículo	Reduzir 6%	11.656,83	16.647,15	não	Mova STJ
Combustíveis	Litros de etanol e gasolina / veículo	Manter	1.010,30	1.225,24	não	Mova STJ
Combustíveis	Litros de diesel / veículo	Reduzir 15%	1.125,50	904,08	sim	Mova STJ
Vigilância Pessoal	Valores contratados	Aumentar até 1%	116.712,00	226.761,52	não	

Quadro 84 - Metas e resultados PLS-STJ
Fonte: AGS



Quadro 85 - Fotos de projetos de sustentabilidade

Para mais informações, basta acessar o portal da **Transparência e prestação de contas**, em **Plano de Logística Sustentável STJ**.



Quadro 86 - PLS/STJ 2021-2026



SAFS, Quadra 6, Lote 1
CEP: 70.095-900, Brasília - DF
fone: (61) 3319-8000



SIGA NOSSAS REDES

@STJnoticias | stj.jus.br

